

ESCRAVISMO E IDEOLOGIA

Comparação entre os livros *Time on the Cross*, de Fogel e Engerman e *O Arcaísmo como Projeto*, de Fragoso e Florentino

PEDRO JUNQUEIRA PESSOA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

ESCRAVISMO E IDEOLOGIA

Comparação entre os livros *Time on the Cross*, de Fogel e Engerman e *O Arcaísmo como Projeto*, de Fragoso e Florentino

PEDRO JUNQUEIRA PESSOA

Dissertação apresentada
como requisito parcial para
obtenção de título de
Mestre em Ciências Sociais
- CEPPAC/ICS/UnB

Banca Examinadora

Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto (Presidente – CEPPAC/UnB)

Profa. Dra. Sônia Maria Ranincheski (CEPPAC/UnB)

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho (DAN/UnB)

BRASÍLIA
Novembro / 2010

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Douglas Cole Libby, a quem devo as ideias desenvolvidas neste trabalho.

Ao Otto, meu sobrinho, por demonstrar como a vida é alegre e singela.

À Taís, esposa e companheira, com quem aprendi a ver a beleza, a força e a resistência da cultura negra.

"A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.

*(Poemas da recordação e
outros movimentos -
Conceição Evaristo)*

SUMÁRIO

RESUMO	6
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	8
Seção 1 - Apontamentos metodológicos	9
CAPÍTULO 2 - COLONIZAÇÃO PORTUGUESA	13
Seção 1 - Pequeno excerto sobre a origem da ideologia da escravização	13
Seção 2 - Açúcar e mercado mundial	16
Seção 3 - Os comerciantes cariocas	29
Seção 4 - Colonização portuguesa e arcaísmo	32
CAPÍTULO 3 - ESCRAVISMOS NAS AMÉRICAS	48
Seção 1 - O sul dos Estados Unidos e as outras sociedades americanas escravistas.	48
Seção 2 - Escravidão e organização produtiva	53
CAPÍTULO 4 - ESCRAVISMO E CAPITALISMO	62
Seção 1 - As máquinas e o capitalismo	62
Seção 2 - Trabalho livre e capitalismo	71
CAPÍTULO 5 - À GUIZA DE CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Nº de engenhos na Capitania do Rio de Janeiro	18
Tabela 2 - Nº de engenhos em Campos dos Goitacazes / RJ	19
Tabela 3 - Produção de algodão nos Estados Unidos	48
Gráfico 1 - Distribuição da importação de escravos nas Américas, 1500 a 1870	20
Gráfico 2 - Escravos africanos desembarcados no Rio de Janeiro, 1790-1830	23
Gráfico 3 - Distribuição de escravos nas Américas, 1825	50

RESUMO

Nossa análise irá refletir sobre os sentidos atribuídos ao escravismo americano tomando por objeto dois livros: *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia*, de João Fragoso e Manolo Florentino, publicado em 1993; e *Tiempo em la Cruz: La economía esclavista en los Estados Unidos*, de Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman, publicado em 1974¹.

Em nossa comparação, nos deteremos sobre o significado atribuído pelos livros ao escravismo americano, ou mais especificamente, sobre o que as obras dizem sobre o caráter capitalista ou pré-capitalista daquela economia. Por compartilharem de questões em comum, mas expressando posições antagônicas, os dois livros são férteis, ou ao menos adequados para uma comparação. Para contribuir à análise das divergências entre as ideias expressas nessas obras, foi necessário revisarmos a teoria marxiana, matriz de ambas.

A comparação entre as diferentes perspectivas enseja reflexões sobre a construção e modificação do “senso comum” na interpretação da história, bem como sobre os embates ideológicos que ocorrem no campo sociológico e historiográfico.

Palavras-chave: escravidão negra, escravismo, capitalismo, colonialismo, ideologia.

1 Título original: *Time on the Cross: The economics of American Negro slavery*.

ABSTRACT

This study concerns about the meanings attributed to slavery in Americas, analysing two books: *The Archaism as Project: Atlantic Market, agrarian society and a merchant elite in late colonial society*, by John Frago and Manolo Florentino, published in 1993, and *Time on the Cross: The Economics Of American Negro Slavery*, by Robert W. Fogel and Stanley L. Engerman, published in 1974. We will compare those books in what they say about the capitalist or pre-capitalist form of the slavery on Americas. For sharing questions in common, but expressing opposing viewpoints, the two books are adequate for a comparison. To contribute to the analysis of differences between the ideas expressed in these works, it was necessary to look back to the marxian theory, used in both. The comparison between the different perspectives gives rise to reflections on the construction and modification of the "common sense" interpretation of history as well as on the ideological clashes that occur in Sociology and History.

Keywords: black slavery, capitalism, colonialism, ideology.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O Arcaísmo como Projeto, resultado e síntese das teses de doutorado dos autores, é um livro que alcançou repercussão e aceitação acadêmica no Brasil, constando na bibliografia de cursos de História de diversas universidades. Ainda que reconhecidamente relevante para a pesquisa acadêmica, trata-se de um livro de fácil leitura e voltado ao grande público. Também possui essa característica *Tiempo en la Cruz*, livro polêmico que transformou a interpretação sobre a história econômica dos Estados Unidos e propiciou o Nobel de Economia a Robert Fogel, em 1993. Tais obras obtiveram bom desempenho editorial em seus respectivos países como livros não-didáticos de História, situando-se no limiar entre os estudos acadêmicos e a sociedade mais ampla².

Por meio do estudo e da comparação entre as duas obras, além de contribuir à interpretação delas por meio de uma leitura crítica, buscar-se-á o delineamento de alguns dos traços gerais do escravismo americano.

Buscamos expôr as ideias principais de cada livro em uma sequência tal que permitisse a elaboração de um raciocínio, constituindo-se como uma narrativa. De maneira geral, expusemos na ordem inversa da cronológica, da obra mais recente para a mais antiga, assim buscando perfazer os passos elementares de tese, antítese e síntese. Dessa forma, primeiro analisaremos o Brasil oitocentista na visão de Frago e Florentino, após o Sul *antebellum* dos Estados Unidos por Fogel e Engerman, com o que seremos conduzidos à relação entre escravismo e capitalismo para Karl Marx.

Nossa análise buscará deixar como legado heurístico um estudo das obras escolhidas e, por meio delas, sobre a história do continente americano, discussões a partir das quais tangenciaremos a questão sobre o processo de construção de ideologias³.

- 2 Fogel e Engerman afirmam claramente a intenção de evitar que o livro fosse “demasiado técnico” (*Tiempo en la Cruz*. 1981, p. 8), visando a sua popularização: “La revisión basada en nuevas técnicas y fuentes hasta ahora desconocidas há refutado muchas de las más importantes afirmaciones de la tradicional descripción del sistema esclavista[...] creemos que los nuevos hallazgos no deberían quedar restringidos a las páginas de esotéricas publicaciones eruditas” (Idem, p. 2).
- 3 Utilizamos ideologia, aqui, em dois diferentes sentidos, que a nosso ver não se excluem. Em uma acepção negativa, entendemos, como Zizek, a ideologia como uma construção teórica que tem o atributo de ser “funcional com respeito a alguma relação de dominação social (‘poder’, ‘exploração’) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta” (Zizek, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. 1993, p. 13-4). Em uma acepção abrangente, as formas ideológicas podem ser entendidas, como expressa Stuart Hall, como “estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as ‘ideias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que devem fazer.” (Hall, Stuart.

SEÇÃO 1 - APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A comparação de livros oriundos de diferentes culturas é tarefa usual da literatura comparada. As obras literárias refletem o repertório cultural e o imaginário de uma sociedade e, ao compará-las, entendemos melhor esses universos simbólicos pelo contraste entre uns e outros. Obras científicas podem ser analisadas como peças literárias na medida em que lidam com o universo simbólico, servindo à construção de ideias e de sentido. A historiografia, especialmente⁴, já foi muito utilizada e manipulada para fins de criação de identidades nacionais, tal qual a literatura, demonstrando de maneira particular a complexa relação entre poder e conhecimento.

Neste trabalho, buscamos uma abordagem interdisciplinar e, para tanto, adotamos um caráter mais ensaístico, abordando temas da historiografia, sociologia histórica e da sociologia do conhecimento.

Procuraremos contribuir para o desenvolvimento da reflexão sobre o escravismo americano ao apresentar e pôr em diálogo diferentes leituras sobre esse sistema econômico. Com isso, também estaremos oferecendo aportes para a compreensão das obras analisadas, entendendo que um novo sentido se revela a cada vez que um texto é lido. Como apresenta Amorim, “a leitura é constitutiva do sentido do texto [... implicando uma] co-criatividade daquele que compreende”⁵.

Tanto o leitor como o texto saem enriquecidos deste processo. Como dizia Bakhtin,

“compreender não deve excluir a possibilidade de uma modificação de seu próprio ponto de vista. O ato de compreensão supõe um combate onde o que está em jogo reside numa modificação e num enriquecimento recíprocos”⁶. Esse combate, travado entre o intérprete e a obra como um diálogo entre as ideias que carregam cada um, têm em Gadamer uma figura de linguagem que remete a uma paisagem mais harmoniosa:

Da Diáspora. 2003, p.173). Diferentemente da acepção negativa, neste conceito amplo a ideologia também poderia exercer funções contra-hegemônicas.

4 Não entrarei na discussão sobre o caráter científico da História, considerando que essa questão parece pacífica para os quatro autores que estudaremos, que advocam pelo uso da estatística como auxílio à investigação histórica.

5 Amorim, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. 2001, p.135.

6 Bakhtin apud Amorim, op. cit. p.192.

“A distância [...entre intérprete e texto] confere tensão e vida a todo compreender. Pode-se descrever esse fenômeno também do seguinte modo: o intérprete e o texto possuem cada qual seu próprio ‘horizonte’ e todo compreender representa uma fusão desses horizontes”⁷.

Trava-se entre leitor e texto um diálogo, no qual o primeiro dirige perguntas ao segundo, que por sua vez lhe devolve outras perguntas. Tais “vozes” se multiplicam ao adentrar outros livros neste diálogo. Um primeiro plano de comparação está nas questões e temas principais dos livros, que correspondem às teorias e vieses adotados e é onde se encontram, geralmente, as contribuições mais relevantes. Outro nível de comparação está em direcionar as mesmas perguntas para ver como ambas respondem, sendo especialmente profícuo para a análise quando ocorrem posições contrárias sobre determinada questão. A contrariedade exerce funções analíticas ao facilitar a detecção de diferenças de perspectivas. O estabelecimento de diferenças é, aliás, inerente ao ato de compreensão, como demonstrado por Amorim:

“Toda interpretação ou compreensão consiste em opôr um enunciado a outro. Ela busca um contra-discurso para o discurso do locutor”⁸.

À pergunta sobre o caráter capitalista ou pré-capitalista do escravismo americano, as obras em análise assumem posições bem definidas e antagônicas uma com a outra. Ambas, ao lado dos méritos particulares das análises, exemplificam de forma ordinária classificações econômicas distintas sobre a escravidão moderna, razão pela qual a comparação torna-se profícuo. Nesta distância entre conceitos e perspectivas é que se localiza o ato hermenêutico que buscaremos empreender.

Tal desafio não deve obscurecer um caminho já percorrido, que se refere à indagação sobre a relação entre escravismo e capitalismo. Trata-se de uma questão desafiadora e que, embora já tratada por inúmeros autores, continua, a nosso ver, de uma atualidade e relevância incontestáveis. A ciência é feita mais de perguntas que de respostas e nisso reside sua fortaleza:

“Ver perguntas significa, porém, poder-romper com uma camada, como que fechada e impenetrável, de preconceitos herdados, que dominam todo nosso pensamento e conhecimento. O que perfaz a essência do investigador é a capacidade de ruptura que

7 Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e Método II*. 2002, p.132.

8 Amorim, op.cit. p.190.

possibilita ver, assim, novas perguntas e encontrar novas respostas”⁹.

A dinâmica pergunta-resposta-pergunta se desenvolve no confronto de perspectivas e de ideias que estrutura não só o debate acadêmico e ideológico, como também o próprio ato da compreensão¹⁰. Essas lutas ideológicas se aproximam da ideia que faz Hall do trabalho teórico, como combate, mas como combate com os anjos. A escolha do adversário é fundamental para o bom desenvolvimento do diálogo e, portanto, do raciocínio: “a única teoria que vale a pena reter é aquela que você tem de contestar”¹¹. Nos aproximamos, desta maneira, do conceito de cultura de Catherine Walsh, como “un campo de batalla ideológico y de lucha por el control de la producción de verdades y por la hegemonía cultural y política”¹². A partir dessa acepção, os estudos acadêmicos, como os que analisaremos, participam da disputa de ideias ao apresentarem e fundamentarem teorias e consolidarem interpretações. Nas palavras de Castro-Gomez, “el trabajo teórico es una forma de lucha por el control social de los significados”¹³.

Nesta dissertação, ilustraremos, no campo da sociologia e da historiografia, esse processo que Grossberg identifica como uma “struggle over meaning, a struggle that takes place over and within the sign”¹⁴.

Buscaremos demonstrar como os discursos científicos operam uma tarefa de atribuição de significado, que faz com que algo passe a fazer sentido, ou modifica-se o sentido de algo. Abordaremos, por meio de um caso específico, a força das ciências – em uma sociedade que quer “desencantar-se” por meio da “razão” – em dar nome e significado às coisas.

Nas ciências sociais, em particular, parece ficar a função ideológica mais explícita. Não só por evidenciar a coexistência de teorias e paradigmas em disputa, mas pela interconexão entre objetividade e subjetividade na qual se locomove. Como afirma Amorim, as ciências sociais constituem-se como “pensamentos sobre pensamentos, uma

9 Gadamer, op. cit. p.67.

10 O diálogo entre os pensamentos é a forma de proceder do próprio pensamento. Para reforçar essa concepção, Gadamer adota a bela concepção de Platão: o pensamento é o diálogo da alma consigo mesma (Gadamer, op. cit.)

11 Hall, op. cit.. p. 204.

12 Walsh, Catherine. “(De)Construir la interculturalidad: Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador”. In: Fuller, Norma. *Interculturalidad y Política: Desafíos y posibilidades*, 2002 p.116

13 Castro-Gomez, Santiago. “Teoría tradicional y teoría crítica de la cultura”. In: *Revista Impulso n° 29 v. 13*. 2001, p.118

14 Grossberg, Lawrence. “History, politics and postmodernism: Stuart Hall and cultural studies”. In: Morley, David & Kuan-Hsing Chen (orgs). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. 1996, p.157.

emoção sobre a emoção, palavras sobre palavras, textos sobre textos”¹⁵. São “textos” seja no sentido metafórico das formas como se dão as relações sociais e os padrões da organização social (atual ou pretérita) da vida social, mas também no sentido denotativo dos discursos que querem exprimir estas formas de organização. Pelo diálogo com a tradição e pela polêmica entre as teorias se movimentam as ciências sociais, que são assim marcadas pela reinterpretação e releitura de textos: “nisto consiste a maior parte da atividade do pesquisador em ciências humana: reler e reescrever”¹⁶.

Discursos, textos e escrituras são os materiais com que lida as ciências humanas, ao tratar do universo simbólico que permeia os seres humanos e as relações sociais. Ao mesmo tempo, são também as ferramentas que possui para trabalhar e retrabalhar essa matéria-prima, confundindo-se objeto e método. Como explica Amorim, “o objeto das Ciências Humanas não é dado de modo imediato; é sempre construído, recolhido e transmitido em discurso, o que lhe confere seu caráter caleidoscópico. Ele é o próprio discurso e, enquanto tal, não há transparência possível”¹⁷. Não se trata de fugir do ideal de neutralidade pela impossibilidade desta, mas de conceber a objetividade como se concebe a unidade de sentido de um texto, isto é, pré-existente mas, ao mesmo tempo, dependente da interpretação. A “realidade” do texto, ou melhor, as letras, palavras, construções e concatenação de ideias que o compõe, ao mesmo tempo que suscita inúmeras leituras, limita o espectro de interpretações possíveis¹⁸. Nesse entendimento, o critério de verdade é hermenêutico, e não positivista, o que não significa que esteja ausente¹⁹. Nas ciências que se debruçam sobre a história e a sociedade, não há terreno sólido para sustentar qualquer espécie de “objetividade intocada”, já que as formas de abordagem dessa objetividade são também históricas e culturais.

Em nossa tarefa em específico, tomaremos construções científicas como objetos literários e, por meio de sua análise crítica e sua interpretação, estaremos aplicando a forma de proceder das ciências sociais, ao mesmo tempo procurando demonstrar os conflitos de teorias e ideias que constituem o campo, contribuindo ao menos em parte

15 Amorim, op. cit. p.187

16 Amorim, op. cit. p.194.

17 Ibidem p.207.

18 A objetividade presente em um texto é apontada por Amorim no trecho a seguir: “no texto, não estamos mais na esfera do discurso e da co-presença, estamos no registro da ausência de pessoa, nos termos de Benveniste e, nesse sentido, podemos dizer que o texto é um universo do ele” (Ibidem p.205).

19 Cf. Gadamer, op. cit.

também para uma sociologia do conhecimento.

A investigação sobre a história depara-se com uma longa cadeia de intermediações discursivas, que orientam as visões e interpretações sobre o passado. Uma reflexão crítica sobre a história de nosso continente implica em uma revisão das narrativas históricas, tarefa que, com maior ou menor êxito, é assumida por *Tiempo en la Cruz e Arcaísmo como Projeto*.

Vejam, portanto, as contribuições que essas obras nos oferecem, não sem antes fazer algumas considerações sobre a gênese do período histórico sobre o qual nos debruçaremos.

CAPÍTULO 2 - COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

SEÇÃO 1 - PEQUENO EXCERTO SOBRE A ORIGEM DA IDEOLOGIA DA ESCRAVIZAÇÃO

A escravidão é uma instituição social presente em várias sociedades, ao longo da história. Para alguns povos, essa instituição chegou a constituir-se como base do seu sistema sócio-econômico, permitindo-nos considerá-las sociedades escravistas. As principais referências a regimes escravistas estão na Antiguidade, desde a civilização egípcia, sendo a mais recorrente nos livros o Império Romano²⁰. As formações econômicas baseadas no trabalho forçado apresentam enorme diversidade de configurações, e não podemos compreendê-las todas juntas como um sistema econômico único, devendo antes ater-nos nas especificidades de cada uma²¹.

O escravismo moderno, assim compreendido aquele que teve lugar no continente americano entre os séculos XVI e XIX, fundamentado no trabalho negro e indígena, foi responsável pela diáspora de mais de 9 milhões de africanos e genocídio de dezenas de milhões de indígenas. A considerar-se a população mundial à época, talvez não haja na história humana acontecimento mais trágico.

20 A etimologia de “escravo” vem do termo latino *sclavu*, em referência aos povos eslavos, subjugados pelos romanos.

21 Uma tentativa de se delimitar as condições necessárias para a existência da escravidão está em Wakefield, Edward Gibbon. *A View Of The Art Of Colonization, With Present*. 2007.

O escravismo moderno não pode ter suas raízes no escravismo romano, do qual se distancia por cerca de dez séculos. Sua gênese provável é do final da Idade Média europeia, quando o continente europeu começa a ter expressão mundial enquanto tal.

Para que um ser humano domine outro não basta a violência física. A emergência da relação de escravidão em uma sociedade é necessariamente acompanhada por uma moral própria que se coadune com essa forma de organização social. A origem da mentalidade europeia de subjugação e opressão foi provavelmente forjada nas várias guerras das Cruzadas, entre os séculos X e XIII. A oposição entre fiéis e infiéis a que levava o monoteísmo cristão foi elevada à máxima durante esse período, e após servir de fundamento às guerras contra os povos estrangeiros, voltou-se contra os próprios europeus por meio da Inquisição e das guerras religiosas. Nessa ideologia, a fé no deus cristão era o que conferia o estatuto de humanidade, e aqueles que professassem outra religião eram tidos como seres humanos inferiores, ou ainda inumanos, justificando a guerra e a sua subjugação. Os territórios e ilhas mediterrâneas conquistados durante as últimas campanhas das Cruzadas, como Chipre, Creta y Sicília, assistiram às primeiras formações escravistas modernas, nos séculos XII a XV, voltadas para a produção de açúcar para abastecimento dos países europeus. Essa produção, de pequeno porte se comparada aos empreendimentos coloniais que invadiram as Américas poucas décadas depois, era financiada pelos comerciantes de Veneza, Gênova e Florença²².

A expulsão dos árabes com a constituição dos estados português e espanhol foi, sem dúvida, um momento de afirmação dos povos cristãos que, agora que se mostraram superiores belicamente, queriam propagar a sua fé à faca. Após a causa religiosa ter servido à guerra contra os mouros²³, era agora a guerra que servia à religião. A expansão do cristianismo justificava tudo contra os povos pagãos, inclusive a conquista de territórios e a escravização, como pregava o Papa Nicolau V em bula de 1455:

“ao citado rei Alfonso foi concedido por outras cartas nossas, entre outras coisas, faculdade plena e livre para invadir, conquistar, combater, vencer e submeter a quaisquer sarracenos e pagãos e outros inimigos de Cristo, em qualquer parte que estivessem, e aos reinos, ducados, principados, domínios, possessões e bens móveis e

22 Fogel & Engerman, op. cit. p. 13. Desde o século XII, pelo menos, a Palestina produzia açúcar e o vendia aos comerciantes europeus.

23 A relação íntima entre o catolicismo e a guerra, para os povos latinos, se demonstra, por exemplo, nas hierofanias místicas antes ou durante as batalhas.

imóveis tidos e possuídos por eles; reduzir à servidão perpétua as pessoas dos mesmos”²⁴.

A relação entre o cristianismo e o escravismo moderno é, claro está, muito complexa, e está presente desde a gênese desse sistema produtivo. Fogel e Engerman nos apresenta a relação entre o papado e a escravidão, nos séculos XIV e XV:

“La Iglesia católica no solamente racionalizó la posesión ajena de esclavos, sino que ella misma fue uno de los más importantes propietarios. Aun antes de que los jesuitas comenzaran a estimular la importación de africanos al Nuevo Mundo, la Iglesia promovió activamente la esclavitud. En 1375, el papa Gregorio XI, viendo en el sojuzgamiento el justo castigo para aquellos que se resistieran al papado, ordenó la esclavización de los florentinos excomulgados allá donde se les capturara. En 1488 el papa Inocencio VIII aceptó el regalo de cien esclavos moros de Fernando de España y luego los distribuyó entre varios cardenales y nobles”²⁵.

Se a igreja católica era de tal forma conivente com a escravidão, a ponto de ordená-la aos excomungados e usar-se de escravos pessoais, a cisão protestante não foi capaz de adotar uma posição divergente nesse assunto. Mesmo Martin Lutero posicionou-se a favor da escravidão quando, em 1525 “reafirmó la sentencia de San Pablo de que ‘amos y esclavos deben acptar su condición presente, puesto que el reino terrenal no podría sobrevivir si no hubiera algunos hombres libres y algunos esclavos’”²⁶.

A concepção que naturalizava a relação de dominação de uns homens sobre outros não se atinha à esfera religiosa, sendo compartilhada também entre pensadores seculares:

“Un campeón tan destacado de los ‘inalienables derechos del hombre’ como John Locke escribió una propuesta en favor de la esclavitud en su borrador de la ‘Constitución fundamental de Carolina’ y fue también inversor de la Real Compañía Africana, organización que disfrutaba del monopolio británico sobre el tráfico de esclavos africanos. Así, el hombre que formuló la teoría de la libertad natural y cuyas tesis sobre la obligación moral de los hombres de tomar las armas en defensa de la libertad inspirarían más tarde a muchos revolucionarios y abolicionistas fue, no

24 Suess, Paulo. *A conquista espiritual da América Espanhola*. 1992, p. 227.

25 Fogel & Engerman, op. cit. p. 25.

26 Ibidem p. 25.

obstante, un celoso defensor de la esclavitud²⁷. Locke, portanto, não só se posicionou a favor da escravidão, mas além, como acionista, financiava o comércio internacional de escravos e tirava lucros dessa prática cruel.

Ainda que tenha havido movimentos contrários a essa prática de escravização, tendo por base princípios morais e racionais – como nos demonstra exemplarmente o debate entre Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas –, dentre os povos cristãos foi sendo forjada uma ideologia de subjugação de povos não-cristãos que iria provocar efeitos dramáticos ao servir como uma vela que empurrava os navios europeus para além mar.

SEÇÃO 2 - AÇÚCAR E MERCADO MUNDIAL

O século XV assistiu à chegada dos portugueses à costa africana, iniciando pela conquista de Ceuta, em 1415, a colonização das ilhas de Madeira e Açores, em 1418 e 1439 e a chegada à Cabo Verde, em 1446, onde constituiu-se base permanente para o comércio com o litoral africano²⁸. Fragoso e Florentino nos apresentam os contornos da formação econômica que ia tomando forma, em meados do século XV, com a expansão marítima portuguesa:

“Em 1448, começava-se a assistir à complementaridade econômica entre as diversas peças do nascente sistema: os escravos apresados na Berbéria trabalhavam nas plantações de açúcar da Madeira; o trigo produzido nas ilhas do Atlântico era trocado pelo ouro do Sudão; e especiarias como o açúcar eram negociadas na Europa²⁹”.

Essa economia nascente ganharia impulso com a chegada a São Tomé em 1470, onde se desenvolveu mormente a produção de açúcar, e com a construção da fortaleza São Jorge da Mina, em 1482, entre outros fortes e feitorias que possibilitaram o comércio de ouro com a costa da Mina (ou costa do Ouro, atual Gana), e a chegada à foz do Rio Congo, em 1483³⁰.

27 Fogel & Engerman, op. cit. p. 26.

28 Fragoso, João & Florentino, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840*. 2001, p. 130.

29 Ibidem p. 45.

30 Ibidem p. 131-2.

Cativos adquiridos no Reino do Congo eram levados às ilhas atlânticas e empregados na produção de açúcar para exportação à Europa. A produção e o comércio eram financiados por genoveses, venezianos, belgas e holandeses, e o produto escoava principalmente pelos portos espanhóis. Nas ilhas Canárias, até hoje território espanhol, os nativos escravizados morreram a maior parte em pouco mais de uma geração, vítimas de epidemias³¹. Já se observava, então, os elementos de escravização, migração forçada, genocídio e produção açucareira para exportação, como se neste início já se anunciasse, ainda que em escala bem menor, as desgraças que abateriam quando esse padrão se espraiasse na colonização do continente americano. A expansão da produção açucareira nas ilhas africanas provocou a estruturação de rotas de tráfico escravo, sendo esse movimento responsável pela importação de “cerca de mil cativos por ano no primeiro quartel do século XVI”³².

Fogel e Engerman nos apresentam um resumo sobre o envolvimento dos povos latinos com o escravismo, especialmente os portugueses, confirmando o dado sobre o volume do tráfico negreiro antes do início da colonização americana:

“los italianos llevaron adelante una activa importación de esclavos desde las regiones del mar Negro durante el siglo XIII. En la Península Ibérica los moros capturados durante las interminables guerras religiosas eran esclavizados, junto con los eslavos y los cautivos de Levante. La importación de esclavos negros a Europa se produjo durante la Edad Media a través de los países musulmanes del norte de Africa. Sin embargo, hasta la exploración portuguesa de las costa occidental de Africa, tales importaciones fueron muy reducidas. A mediados del siglo XV, los portugueses establecieron factorías a lo largo de la costa occidental de Africa a partir del Sahara con el propósito de capturar o de realizar compras relativamente grandes de esclavos negros. Rápidamente, el promedio de importación de esclavos en la Península Ibérica y en las islas de la costa africana que dependían de ella (Canarias, Madera, el archipiélado de Cabo Verde y Santo Tomé) se elevó a cerca de mil por año”³³.

Com a colonização ibérica das ilhas africanas, nota-se uma mudança nas atividades econômicas derivadas da expansão ultramarina; além dos negócios do comércio, passou-se a atuar também na compra e venda de escravos e no emprego

31 Com a morte da maior parte dos nativos – guanchos – foram trazidos outros povos africanos para substituí-los como mão-de-obra escrava.

32 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 132

33 Fogel & Engerman, op. cit. p. 10-1

desses escravos para a produção do açúcar, tanto nas atividades agrícolas como nas semi-industriais nela envolvida. A produção de açúcar por meio de trabalho escravo trasladou-se das ilhas mediterrâneas às ilhas atlânticas, estruturando uma rede robusta que envolvia o tráfico de escravos, a plantação da cana-de-açúcar, o refino e o comércio do produto no mercado europeu. Esta formação econômica envolvia diferentes povos e reinos da África e Europa. Mas a gula da Europa por açúcar – e pela riqueza advinda da exploração do trabalho escravo que o produzia – era insaciável³⁴.

Não tardou para que a primeira muda de cana-de-açúcar viesse parar no território americano³⁵. A cana-de-açúcar foi plantada ao longo de uma grande faixa do continente-colônia, indo da Lousiana à Argentina. O grande interesse explicava-se pelo açúcar fazer parte do pequeno grupo de produtos que eram *commodities* daquela época, tal qual os metais. As condições climáticas fariam com que a produção em grande escala se desenvolvesse mais no México, Peru, Cuba, Haiti e Brasil, que, já na virada para o seiscentos, ultrapassou São Tomé como principal produtor mundial de açúcar.

Apesar da maior parte da produção açucareira brasileira estar, nessa época, localizada no Nordeste, especialmente nas capitanias de Bahia e Pernambuco, dados de Frago e Florentino nos demonstram a rápida expansão dessa “indústria” na capitania do Rio de Janeiro.

1585	3 engenhos
1612	14 engenhos
1630	60 engenhos (aprox.)
1680	130 engenhos (aprox.)

Fonte: Frago & Florentino, op. cit. pp. 63, 65.

Os grandes lucros gerados na produção e comércio do açúcar não demorariam em atrair o interesse das outras potências européias. Inglaterra, França e Holanda, esta após sua expulsão de Pernambuco em meados do século XVII, iniciam a colonização do

34 A atração exercida pelo açúcar não deriva somente do gosto doce, do poder energético e da similaridade com o gosto de mel, mas também pela utilidade na conservação dos alimentos. As frutas, produto altamente perecível, viravam doces, compotas e geleias, constituindo grande parte da culinária dos povos europeus.

35 Há registros de açúcar brasileiro na praça comercial de Antuérpia no ano de 1519.

Caribe para fazer frente à produção açucareira ibérica. A nova frente de expansão do açúcar repetia as mazelas das anteriores: epidemias na população nativa e a crueldade inerente ao trabalho forçado dos negros africanos. Em pouco tempo o Caribe suplantaria o Brasil na produção mundial de açúcar, conforme nos relata Fogel e Engerman:

“el monopolio español y portugués del azúcar fue destruido durante el siglo XVII cuando Inglaterra, Francia y Holanda se transformaron en las principales potencias del Caribe. Los primeros pasos de la producción azucarera británica se dieron en Barbados durante el segundo cuarto del siglo XVII. En 1655 los ingleses arrebataron Jamaica a los españoles y poco después comenzó el desarrollo de las plantaciones azucareras en la isla. [...] Hacia 1770 la producción anual de azúcar en los territorios británicos del Caribe ascendía a 130.000 toneladas, tres veces más de lo que produjo Brasil en el mismo año”³⁶.

Somente o Haiti, colônia francesa, produzia em 1770 mais de cem mil toneladas de açúcar³⁷.

Com a Revolução Haitiana, em 1804, o Brasil volta a se destacar na produção mundial de açúcar. Dados apresentados por Fragoso e Florentino sobre Campos dos Goitacazes nos mostram a grande expansão da indústria açucareira após esta data:

1735	34 engenhos
1750	50 engenhos
1769	55 engenhos
1778	165 engenhos (aprox.)
1783	278 engenhos
1800	324 engenhos
1810	400 engenhos
1828	700 engenhos

Fonte: Fragoso & Florentino, op. cit. p. 75.

36 Fogel & Engerman, op. cit. p. 15

37 Ibidem p. 15

A produção de açúcar foi o eixo por meio do qual se desenvolveu não apenas o início do período colonial nas Américas, como supõe algumas bibliografias centradas nos ciclos econômicos, mas foi a peça fundamental na constituição do escravismo em todo o continente. Segundo cálculos de Fogel e Engerman,

“entre el 60 y el 70 por 100 de los africanos que sobrevivieron a los viajes terminó en una u otra de las colonias azucareras europeas”³⁸.

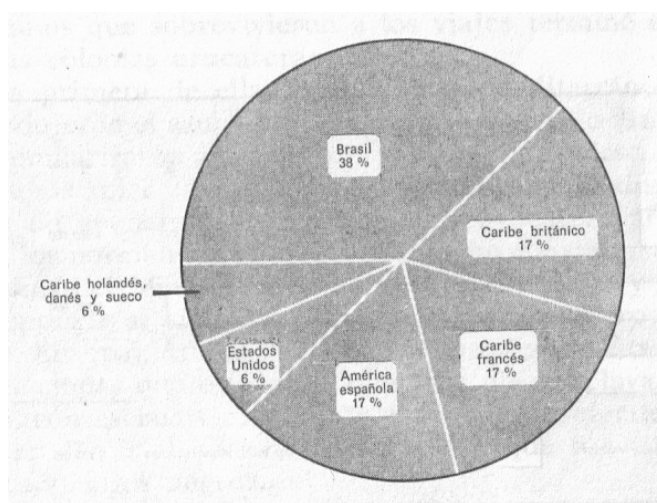
Essa concentração do trabalho escravo em um nicho produtivo também levou a uma distribuição territorial do tráfico negreiro que correspondia às áreas em que essa produção se desenvolvia mais.

Segundo *Tiempo en la Cruz*, nos quatro séculos de diáspora negra mais de 9,5 milhões de africanos vieram para as terras americanas, dos quais 38% para o Brasil e 40% para o Caribe, sob colonização britânica, francesa, holandesa, dinamarquesa e sueca³⁹.

Se, portanto, deriva das Cruzadas e da expansão ibérica a mentalidade da escravização e colonização, foi o açúcar o produto de grande valor mercantil que permitiu que essa mentalidade se concretizasse em uma rede de negócios altamente lucrativa, com o que marcou um período da história mundial.

Verifica-se, assim, a vinculação entre o escravismo americano e a produção e comércio de mercadorias, tema que será recorrente ao longo deste trabalho.

Gráfico 1 - Distribuição da importação de escravos nas Américas 1500 a 1870.



Fonte: Fogel & Engerman, op. cit. p. 11.

38 Fogel & Engerman, op. cit. p. 13.

39 Ibidem p. 11-2.

As condições climáticas necessárias para o cultivo da cana-de-açúcar determinavam as áreas de maior volume de tráfico negreiro, diferenciando, por exemplo, a colonização britânica do Caribe daquela dos Estados Unidos. Conforme nos relata Fogel e Engerman, engenhos de açúcar no Caribe chegaram a ter mais de 500 escravos, e o tamanho médio dos engenhos jamaicanos, em fim do século XVIII, era de 180 escravos. Na mesma época, o número médio de escravos em propriedades em Virgínia e Maryland era de menos de 13 escravos⁴⁰.

Os dantescos esforços da colonização do continente americano eram propiciados pela rentabilidade da produção de açúcar, que por sua vez era possível graças ao trabalho escravo. Foram os escravos negros, dessa forma, que colonizaram o território, e não o colonizador europeu.

A perenidade e magnitude do tráfico dos negros iria marcar profundamente a organização social do continente africano. Fragoso e Florentino nos demonstram como o tráfico atlântico funcionava “como um mecanismo que, além de reproduzir estruturalmente a força de trabalho na América, também desempenhava um papel estrutural na África”⁴¹. Se nas Américas construiu riquezas, igrejas, cidades, na África punha em confronto os diversos reinos e povos, como afirmam Fragoso e Florentino:

“A guerra constituía-se no principal mecanismo de transformação do homem em cativo. Ela redundava na expansão territorial dos vencedores, o que, nas condições específicas da África pré-colonial, significava a incorporação de povos tributários.[...] A viabilização de uma produção maciça e continuamente renovável de escravos estava organicamente vinculada não apenas à existência de relações desiguais de poder entre os próprios africanos, mas sobretudo ao fortalecimento do Estado, único meio produtor de cativos baratos e em grande escala”⁴².

A pujança econômica do sistema escravista nas Américas e o tráfico negreiro que a alimentava reconfigurou o sistema político no continente africano. O assédio à mão-de-obra escrava vinha por frentes portuguesas, francesas, inglesas e holandesas, havendo uma prevalência (cerca de 2/3) do domínio Português no comércio⁴³. Para os

40 Fogel & Engerman, op. cit. p. 18. O tamanho das plantações caribenhas podem talvez elucidar a maior produtividade que apresentavam frente às colônias ibero-americanas.

41 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 143.

42 Ibidem p. 143-4. Devemos observar que o *fortalecimento do Estado*, de que fala Fragoso e Florentino levava a conflitos e guerras que resultaram na desorganização política, administrativa e econômica dos povos. Acredito que a expressão se refira à centralização política derivada do estado de guerra para a subjugação e escravização dos povos vizinhos.

43 Ibidem p. 140

reinos africanos, a aliança com os reinos europeus era estratégica dentro do jogo político regional, buscando-se no enfrentamento com os povos vizinhos tanto o fornecimento de escravos para o tráfico atlântico como o predomínio militar em grandes extensões de território. Tal movimento histórico impôs um estado de guerra permanente no continente africano e ao passo que estruturava Estados e reinos fugazes, desestruturava a economia e sociedades regionais.

A aliança entre o reino do Congo e o de Portugal mudou a rota do tráfico negreiro da Costa da Mina para a zona congo-angolana. Estruturava-se rapidamente um complexo político-militar-econômico que era responsável pela escravização dos povos fronteiriços, em uma fronteira de contínua expansão, pela locomoção dos escravos pelo território, que podia durar semanas, e pela venda nos portos para as naus estrangeiras. Entre 1723 e 1771, só do porto de Luanda calcula-se terem sido exportados 203.904 escravos⁴⁴. A maior parte dos escravos que saíam dos portos de Congo e Angola iam para o Rio de Janeiro⁴⁵, e concomitante à mudança do centro fornecedor de escravos na África seguiu-se a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

Esta nova rota entre o reino do Congo e o Brasil-Colônia, ao mesmo tempo em que fazia a “transformação do Rio na principal praça mercantil do Atlântico Sul”⁴⁶, seria responsável por números tenebrosos da diáspora negra. Somente no período de 40 anos, entre 1790 a 1830, atracaram no porto carioca, pelos dados levantados pelos autores cariocas, mais de 1.500 navios negreiros, trazendo cerca de 700 mil escravos⁴⁷.

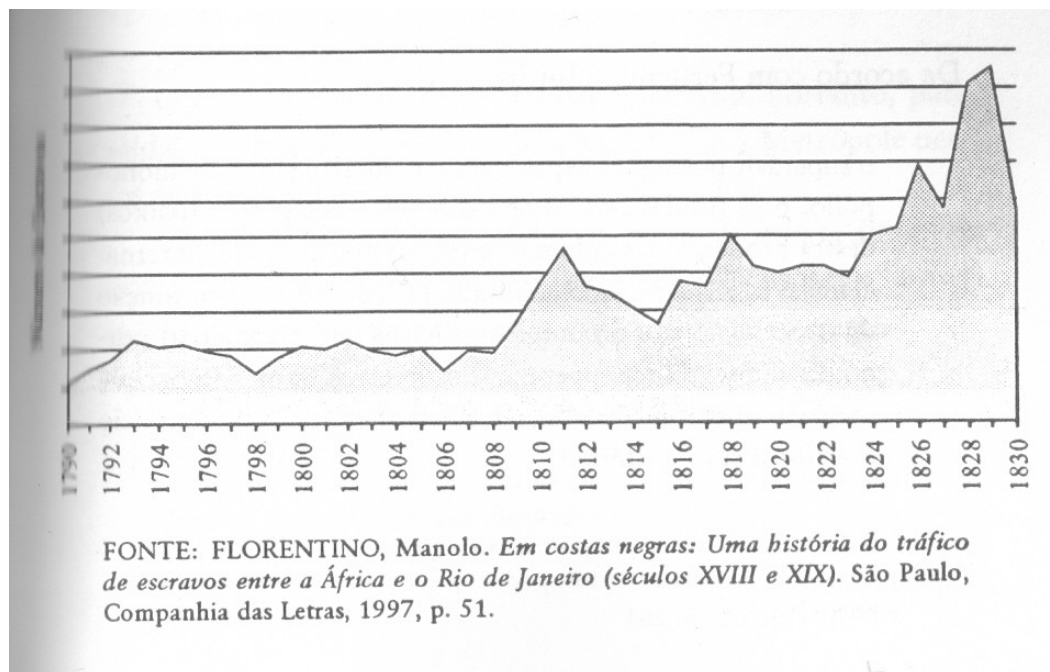
44 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 76

45 Ibidem p. 128

46 Ibidem p. 86. Fragoso e Florentino calculam que entre 1796 e 1811, passou pelo porto do Rio de Janeiro 1/3 das exportações de açúcar branco, o que o tornava o principal pólo exportador da Colônia. “Comparado à Bahia dessa época, o Rio detinha 38% das importações brasileiras e 34% das exportações globais (aquela região registrava, respectivamente, 27% e 26%) (Ibidem p. 89). Essa expansão do setor mercantil foi acompanhada de grande crescimento demográfico. População da Corte aumentou de 168.849 em 1789 para 591.000 em 1830, dos quais entre 40% e 60% formada por escravos (Ibidem p. 94).

47 Ibidem p. 95)

Gráfico 2 - Escravos africanos desembarcados no Rio de Janeiro 1790-1830



Fonte: Frago & Florentino, op. cit. p. 95

O porto do Rio de Janeiro tornou-se, em 1750, “o maior e mais importante centro de importação e reexportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife”⁴⁸. O vínculo da cidade carioca com os centros de escravização e exportação de africanos fica demonstrada com a “decisiva participação do Rio de Janeiro na reconquista de Angola aos holandeses”⁴⁹. A prevalência como centro comercial negreiro incluía a capital brasileira em um circuito mundial cujo centro era o tráfico atlântico.

Apesar do baixo preço com que eram oferecidos os escravos, não havia muitos produtos que interessavam aos africanos e que podiam ser usados como moeda. Conforme nos relata Frago e Florentino, “a África negra tradicional estava absolutamente capacitada a atender a suas necessidades internas; logo, a Europa e as Américas não ofereciam nada que pudesse ser considerado bens essenciais. [...] O padrão de consumo africano expresso nos bens importados pautava-se, isto sim, pela busca de prestígio, pelo gosto e pela procura de variedade”⁵⁰. A Europa oferecia armas;

48 Frago & Florentino, op. cit. p. 79.

49 Ibidem p. 64.

50 Ibidem p. 142.

das Américas vinham bebidas alcoólicas, mantimentos, tabaco⁵¹. Mas os principais produtos utilizados nas trocas pelos escravos eram os têxteis, vindos da Ásia. Fazendas da Índia, cassas, chitas, sedas, linho e especiarias eram fornecidas pelos enclaves coloniais no continente asiático para serem as moedas das transações financeiras do tráfico negreiro. Não só os continentes americano e africano eram perversamente unidos pela rota de escravos, como também a Ásia desempenhava papel essencial nesta intermediação. O tráfico atlântico era parte de uma ampla rede mercantil, de âmbito global, formada a partir da interligação das possessões européias nos diferentes continentes.

A constituição de um mercado mundial exigia a produção, em grande escala, de mercadorias a baixo custo. O uso do trabalho compulsório para a fabricação de produtos com essa característica relacionava o mercado mundial com o comércio de escravos; este comércio, porém, só se realizava por meio de outras trocas comerciais, especialmente dos tecidos indianos e asiáticos, fortalecendo este mesmo mercado mundial.

Observa-se a constituição, então, de um *sistema*, caracterizado não apenas pela intensidade e regularidade das relações econômicas entre diferentes povos, como também pela unidade lógica, considerando que essas relações eram todas direcionadas ao aumento da riqueza dos reinos europeus. Esse sistema-mundial confere uma complexidade tal à colonização americana que fica ocultada na abordagem baseada em concepções simplistas como as de comércio triangular e “pacto colonial”.

Fragoso e Florentino, por meio do estudo dos dados do porto do Rio de Janeiro, demonstram a rede mundial de comércio que sustentava e era sustentada pela economia escravocrata. Como entreposto, grande parte das mercadorias que chegavam no porto carioca eram reexportadas, por terra ou mar, para outras províncias. A rede de comércio interno às colônias e intercolonial, que movimentava grande variedade e grandes volumes de produtos não ficava atrás, em importância, mesmo àquela entre a Colônia e a Metrópole:

“os valores gerados pelas reexportações de escravos e tecidos para Santos, Rio Grande e/ou portos congo-angolanos somavam quantias de duas a três vezes superiores àquelas produzidas pelas exportações da *plantation*. Assim, a principal praça mercantil

51 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 141

da Colônia tinha nas exportações um setor secundarizado em face do que se lograva realizar no âmbito de reexportações para o Atlântico Sul”⁵².

A colonização nas Américas era uma parte, ainda que fundamental e constitutiva, de toda uma rede de relações comerciais ao longo do globo. Ainda que fossem pautadas na relação colônia-metrópole, as redes comerciais atravessavam o globo e compunham complexos arranjos econômicos. Da África vinham principalmente escravos, mas também cera, azeites de amendoim e de palma, esteiras e mel de abelha; da Ásia vinham os tecidos⁵³. O Rio de Janeiro comercializava com outras partes do Império português tanto quanto o fazia com a Metrópole, sendo um entreposto do comércio mundial da época⁵⁴. Além das relações com o exterior, o porto carioca desempenhava enorme importância nas transações realizadas internamente na colônia. Com base em listagens de entradas de navios no porto do Rio de Janeiro, entradas e saídas de tropeiros, e processos comerciais da Junta do Comércio, Fragoso e Florentino constataram uma intensa atividade comercial e um grande fluxo de mercadorias dentro do território brasileiro. A maior parte dos escravos que chegavam em solo carioca eram reexportados para as capitanias brasileiras e colônias hispânicas. Entre 1825 e 1830 foi Minas Gerais o destino de 40% dos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, e também eram regiões importadoras importantes Santos e Rio Grande do Sul⁵⁵. A capital que reexportava os escravos importava os produtos para o seu abastecimento. Vinham do Rio Grande do Sul charque, sebo, trigo, erva-mate; trigo, mulas e gado eram fornecidos por São Paulo; da Bahia vinham fumo, milho e feijão; Minas Gerais também exportava para o Rio de Janeiro fumo, além de gado e algodão. O toucinho vinha de vários lugares, o que também ocorria com a farinha de mandioca (em que se destacava Bahia e Santa Catarina)⁵⁶. Havia, especialmente, grande volume de farinha e de charque⁵⁷.

A produção colonial para exportação, movida pelo trabalho escravo e altamente especializada, necessitava de uma longa cadeia de fornecedores e de produtores de alimentos e suprimentos. Esses elos econômicos também eram movidos, na maior parte, pelo braço escravo. Ao lado dos engenhos, *haciendas* e *plantations* havia na colônia

52 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 117.

53 Ibidem p. 142.

54 Ibidem p. 100.

55 Ibidem p. 108.

56 Ibidem p. 100, 150.

57 Ibidem p. 95, 151.

uma longa cadeia de fornecedores de matérias-primas e gêneros para o abastecimento, vestuário e outros itens. Isso constituía um mercado interno robusto que parece não ter sido exclusividade do Brasil. Fogel e Engerman também apontam para a existência de intensas trocas comerciais dentro da economia sulista estadunidense do novecentos, não representando o sistema escravista nenhum obstáculo para a constituição de grandes mercados consumidores, que integravam não apenas a economia sulista internamente, como também o Norte sob outro regime de trabalho. Como é afirmado em *Tiempo en la Cruz*, “el hecho de que los plantadores adquirieran grandes cantidades de vestidos y zapatos para los esclavos a las firmas del Norte sugiere la existencia en las plantaciones de un amplio mercado para los productos manufacturados”⁵⁸. Constata-se que a prevalência do escravismo como sistema econômico não implicava em um mercado consumidor restrito, já que o senhor de escravos precisava comprar diversas mercadorias, que não produzia, para o consumo de seu plantel.

Ao lado do comércio de exportação, estruturava-se nas colônias americanas um mercado interno robusto, que não deve ser minimizado. Esse mercado interno era um resultado natural da alta especialização da produção de exportação, que se abastecia de matéria-prima e de alimentos comerciando com outras unidades escravistas, também especializadas. A diminuição dos custos para o aumento da lucratividade era buscado pela produção em larga escala, a partir do trabalho escravo. Se diretamente a especialização produtiva das fazendas escravistas propiciava a otimização do trabalho escravo nas atividades mais lucrativas, indiretamente o emprego dos escravos e a produção em grande escala diminuía os custos de vida da população da época, inclusive o custo de subsistência dos escravos, que incluía despesas com comida, roupas, cuidados médicos. Como explica Marx no *Capital*, parte da jornada de trabalho refere-se ao trabalho necessário para a subsistência e reprodução do trabalhador. Para que os negros trabalhassem nos engenhos, outros negros tinham de plantar e cozinhar para a sua alimentação. Embora muitas vezes tratava-se de escravos da mesma fazenda ou mesmo o próprio escravo que plantasse para sua subsistência, eram comuns as transações comerciais de gêneros alimentícios.

Um bom exemplo da importância econômica da produção de alimentos se encontra na Capitania de Minas Gerais, que no século XIX apresentava a maior

58 Fogel & Engerman, op. cit. p. 216.

concentração de cativos do Brasil-colônia, com 15% dos escravos. Segundo Fragoso e Florentino, a maioria desses escravos era empregada nas atividades de abastecimento, “conformando um complexo agropecuário mercantilizado [...] ligado inicialmente ao suprimento da mineração e, com a crise desta, ao abastecimento sobretudo do Rio de Janeiro”⁵⁹.

Nota-se, desse modo, que a partir da unidade agro-exportadora estruturava-se uma forte rede produtiva e comercial. Essa rede agia não só em âmbito local, como expandia-se nas relações com outras regiões e outros territórios colonizados, possibilitando a existência de circuitos de acumulação internos às colônias

Tal afirmação da importância do mercado interno e intercolonial para a economia brasileira, elemento relevante na reflexão sobre o caráter capitalista desta economia, figura entre as contribuições trazidas pelo *Arcaísmo como projeto* para a compreensão desse período da nossa história. O estudo nos apresenta números do comércio do porto do Rio de Janeiro e demonstra a centralidade dos grandes comerciantes cariocas na complexa rede de comércio intra e inter territórios coloniais. O comércio de escravos e de especiarias, do qual participavam ativamente não somente companhias metropolitanas como também, e na maior parte, os comerciantes da colônia, envolviam várias outras transações comerciais ao longo do globo, movimentando tecidos asiáticos, matérias-primas, e produtos diversos. Nesse sentido, Fragoso e Florentino tecem uma crítica incisiva quanto ao modo como o escravismo é compreendido por grande parte do pensamento social brasileiro, afirmando a complexidade envolvida em um sistema de dimensões mundiais e contestando a visão de hipertrofia dos setores exportadores⁶⁰ e de um mercado interno restrito⁶¹ pois adstrito aos marcos de uma economia de subsistência agregada a uma economia agro-exportadora como supunham vários pensadores clássicos da sociologia brasileira, nos quais se incluem Caio Prado Jr. Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender. Esses intelectuais acreditavam que os engenhos e demais fazendas escravistas eram unidades exportadoras auto-suficientes, no sentido de que produziam a subsistência no próprio local. Com isso, chegam à conclusão de que a situação de

59 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 151-2.

60 Conforme exemplificado por Cardoso, Ciro Flamarion S. *O trabalho na América Latina Colonial*. 1995, p.30.

61 Gorender apud Fragoso & Florentino, op. cit. p. 35.

dependência levava a um mercado interno reduzido⁶². Por consequência lógica, a economia colonial das Américas não apresentaria uma dinâmica própria, antes esta seria ditada pelas metrópoles europeias, como expressa Celso Furtado: “sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores”⁶³.

A demonstração da existência de um forte mercado interno e intercolonial, na maior parte baseado no comércio de escravos e alimentos, e com ele a “aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa”⁶⁴ conferiam, ao contrário, para Fragoso e Florentino, uma certa autonomia à economia colonial frente às oscilações do mercado internacional:

“mesmo quando as exportações retrocediam, nem todas as principais variáveis da economia colonial assumiam semelhante tendência. Assim, se é certo que, entre 1799 e 1811, as receitas das exportações portuárias cariocas caíram em aproximadamente 18% ao ano, no mesmo intervalo os desembarques de africanos cresceram 0,4% ao ano. Ao longo deste intervalo, além disso, as receitas provenientes das entradas de naus com charque e farinha cresceram, respectivamente, 4% e 10% anualmente”⁶⁵.

Nota-se, portanto, que os dados coletados pelos historiadores cariocas não só contestam o pensamento social brasileiro no que tange ao tamanho diminuto do mercado interno, como também no que tange à implicação desta afirmação sobre tratar-se de uma economia completamente atada às flutuações características do mercado mundial. Com a existência de uma rede comercial, e não tão-somente um aparato de dominação mercantil-militar, o sistema colonial pôde estruturar-se suficientemente para converter as crises de sobre-abastecimento, de ameaça à sua continuidade, à lógica de seu funcionamento interno.

62 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 32-3.

63 Furtado, 1977: 95

64 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 54

65 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 96

SEÇÃO 3 - OS COMERCIANTES CARIOCAS

Segundo Frago e Florentino, na virada do século XVIII para o XIX o Sudeste-Sul escravista assistiu ao “domínio do capital mercantil e, pois, a hegemonia de uma nova elite econômica [...] constituída pela comunidade de comerciantes de grosso trato residente na praça mercantil do Rio de Janeiro”⁶⁶. Pelos portos cariocas saíam as riquezas do Brasil-colônia e chegavam escravos vindos da África. Tratava-se de um centro de comércio mundial, que articulava e punha em funcionamento os mecanismos de expansão do escravismo nas Américas.

Frago e Florentino apresentam o dado de que “entre 1808 e 1830, 74% [dos navios negreiros] pertenciam a negociantes do Rio de Janeiro”⁶⁷. A rota de Angola a Rio de Janeiro foi responsável por tristes capítulos da diáspora negra. De acordo com as publicações de chegadas de navios nos jornais da época, registra-se o desembarque de 490 mil africanos somente entre 1811 e 1830⁶⁸. Diante de tal volume, concentrado em menos de duas décadas, observa-se que no início do século XIX tanto o escravismo americano quanto as rotas de tráfico negreiro já se encontravam completamente consolidadas e se expandindo como nunca. Nessa época os comerciantes, como agentes que faziam girar a roda da economia e das finanças, foram constituindo-se “o núcleo hegemônico da hierarquia colonial”⁶⁹.

Esses comerciantes de grosso trato, como são chamados pelos autores, representando famílias como “Gomes Barroso, Carneiro Leão, Velho da Silva, Pereira de Almeida e de Elias Antônio Lopes”⁷⁰ atuavam nos pontos nevrálgicos da economia colonial: “seus membros eram ao mesmo tempo grandes importadores e exportadores, traficantes e seguradores, entre outros papéis”⁷¹.

Observa-se nessa época uma grande concentração dos negócios mais rentáveis nas mãos de poucos comerciantes⁷², explicado pelo “alto investimento inicial requerido pelo comércio exterior”⁷³, especialmente para a importação de africanos. Dentre os 279

66 Frago & Florentino, op. cit. p. 84-5.

67 Ibidem p. 196.

68 Ibidem p. 192-3.

69 Ibidem p. 189.

70 Ibidem p. 199.

71 Ibidem p. 199.

72 Ibidem p. 196.

73 Ibidem p. 196.

traficantes mapeados no Rio de Janeiro, os 16 maiores foram responsáveis por 47% dos desembarques⁷⁴.

Em uma economia baseada no comércio exterior, os seguros marítimos movimentavam vultosos volumes de dinheiro e constituíam fortes instituições financeiras que viabilizavam o tráfico negreiro como investimento ao minimizar-lhe os riscos de prejuízo. Assim como o tráfico, também os seguros eram controlados, na sua maioria, por empresas do Rio de Janeiro:

“com relação ao sistema segurador marítimo, sabe-se que durante o período joanino sete companhias atuavam na praça do Rio, das quais apenas uma constituída por capital inglês. Os seguros referentes ao comércio negreiro estavam fundamentalmente em mãos dessas companhias de capital nativo, cuja força e credibilidade podem ser demonstradas pelo fato de que também seguravam operações de comerciantes ingleses, traficantes cubanos que atuavam na rota Angola-Havana, traficantes angolanos e moçambicanos e mesmo negociantes suecos”⁷⁵.

A alta concentração da riqueza e dos negócios nos comerciantes cariocas conferia a esse estrato uma posição privilegiada na economia do Atlântico Sul. Havia no Brasil-colônia

“um grupo muito restrito de negociantes no interior de uma hierarquia mercantil por si mesma concentrada: os agentes mercantis ligados às trocas internacionais. [...] Sua hegemonia se exercia inicialmente pela possibilidade que esses comerciantes tinham de controlar aspectos fundamentais da atividade mercantil, como os navios, os sistemas de seguros e a própria constituição dos estoques de bens a serem intercambiados”⁷⁶.

O aspecto estrutural com que se revestia o vínculo entre a colônia e a metrópole fazia com que em torno do comércio exterior se organizasse a economia escravista. Como uma forma econômica que envolvia diversos continentes e deles dependia para sua continuidade e para a realização dos lucros, era no comércio que se davam os nexos de seu funcionamento e, por conseguinte, eram os grandes comerciantes que ditavam a dinâmica da economia e da sociedade colonial. Nesse sentido, Fragozo e Florentino colocam-nos como agentes da colonização metropolitana:

74 Fragozo & Florentino, op. cit. p. 193.

75 Ibidem p. 197.

76 Ibidem p. 198.

“os clássicos de nossa historiografia ensinam que a reiteração da economia colonial dependia da realização externa de parte de seus produtos, do mesmo modo que a própria produção era caudatária da importação de manufaturas e de escravos. Desse modo, não estamos frente a um comércio exterior qualquer, mas sim diante de um sistema de trocas imprescindível (e, em grande medida definidor) ao funcionamento da estrutura econômica. Torna-se, portanto, mais ou menos óbvia a permanente existência de setores de comércio que, ao demandarem altos investimentos iniciais, excluía a participação da maioria dos agentes mercantis. Daí resultava que do topo da hierarquia fizesse parte de uma elite mercantil fortemente ligada ao mercado exterior – i.e., capaz de controlar os setores comerciais dos quais dependia a reprodução social. A ‘dependência’ que muitos ressaltam era, por conseguinte, menos uma imposição do que um atributo requerido. Na verdade, *a dependência passava a redefinir-se enquanto espaço da acumulação interna*”⁷⁷.

Dessa maneira, os comerciantes que controlavam o comércio externo, além de constituírem-se como o extrato mais rico da sociedade colonial, se beneficiavam com a situação de dependência em relação à metrópole. Também eles eram beneficiários do escravismo, não somente na condição de traficantes de escravos, mas como negociadores dos produtos elaborados com a mão-de-obra escrava. O comércio, intermediando todas as fases da produção, desde a aquisição da mão-de-obra, da matéria prima, dos insumos, até a venda ao exterior, passando ainda pelo financiamento ainda da produção, acabava por extrair do senhor de escravos a mais valia que este havia conseguido pela exploração do trabalho compulsório. Como nos afirma Fragoso e Florentino,

“a constituição da elite colonial esteve centrada em uma estratégia de acumulação baseada na apropriação, pela esfera mercantil, do excedente gerado na agricultura”⁷⁸.

Tal constatação nos leva a repensar a categoria de capitalismo mercantil utilizada por Fragoso e Florentino, que foi apropriada a partir de uma leitura de Fernando Novais⁷⁹.

77 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 199

78 Ibidem p. 189

79 “a constituição da economia colonial somente pode ser apreendida no interior do sistema colonial mercantilista, isto é, em suas conexões com o que [Novais] denomina ‘capitalismo comercial’” (Ibidem p.121).

Apesar da centralidade econômica dos grandes comerciantes, e do “predomínio das formas mercantis de acumulação”⁸⁰, a riqueza apropriada pelo comércio vinha das plantações escravistas, do trabalho escravo. O comércio que se operava nas rotas transatlânticas e intercoloniais não podem ser compreendidos sem se considerar essa base econômica que utilizava o trabalho escravo. Falar, assim, em capitalismo comercial não pode obscurecer que, apesar da preponderância dos setores mercantis na ordem econômica, era a produção em grande escala e com trabalho compulsório que fazia essa economia crescer.

Vimos neste capítulo a hegemonia social e econômica dos grandes comerciantes na capital carioca, corolário necessário da centralidade e vitalidade do comércio na colonização brasileira, examinados no capítulo precedente. Não podemos perder de vista, no entanto, que a sustentação desta posição e das riquezas não advinha do comércio *per se*, mas da massa negra trabalhadora e escrava, que produzia os artigos comercializados. Nesta condição de produtor, os próprios escravos tornavam-se os objetos altamente valorizados e lucrativos deste comércio.

SEÇÃO 4 - COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E ARCAÍSMO

Apesar da indelével participação brasileira na constituição do sistema-mundo colonial do início do século XIX, contraditoriamente Fragoso e Florentino concordam com os pensadores brasileiros que há pouco haviam criticado no que tange a ser o passado do país marcado por um sistema político-econômico arcaico, como se pode inferir do título do livro.

Para eles, o arcaísmo da colonização brasileira estaria presente tanto na forma escravocrata como no conteúdo deste processo. Analisemos mais detidamente essa questão, pela centralidade que possui em *Arcaísmo como projeto*.

O arcaísmo da colonização brasileira, para Fragoso e Florentino, estava relacionado não apenas à “forma” econômica adotada, mas principalmente aos fins a que se destinava: “A apropriação do excedente produzido no ultramar tinha o claro propósito de perpetuar em Portugal uma economia e sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime”⁸¹. O sentido da colonização do Brasil, para utilizar a

80 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 163.

81 Ibidem p. 19.

expressão tornada célebre por Caio Prado Jr, estaria na manutenção da aristocracia portuguesa: “eis o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: a manutenção de uma estrutura parasitária”⁸².

A colonização portuguesa de territórios conquistados no estrangeiro, a partir do século XV, apresenta certos traços elementares e característicos, conforme nos apresenta Fragoso e Florentino. Segundo eles, as conquistas militares passaram a desempenhar uma função estrutural na política do reino na medida em que os postos militares-administrativos nos enclaves serviam como benesses da monarquia para suas alianças políticas:

“A expedição de 1415 [do rei português D. João I para Ceuta] representava a possibilidade de direcionar para o Marrocos a aristocracia em crise, garantindo assim a estabilidade social interna e postergando os problemas com Castela”⁸³. O uso do território além-mar no jogo político também pode ser observado na concessão do arquipélago dos Açores ao infante D. Henrique, em 1439⁸⁴. Tais “trocas” ou dádivas, comuns tanto no jogo político como no meio aristocrático adquiriria, no império português, um caráter sistemático:

“O sistema de mercês, surgido em meio às guerras de Reconquista contra os muçulmanos, previa que o rei concedesse sobretudo à aristocracia terras e privilégios (arrecadação dos direitos régios) em recompensa por serviços prestados. Por meio desse sistema a Coroa continuamente criava e recriava uma hierarquia social fortemente desigual, baseada em privilégios”⁸⁵.

Além de oferecer terras, monopólios comerciais e direitos de arrecadação, a monarquia vinculava-se à aristocracia por meio de pagamentos regulares. Dados de Vitorino Godinho⁸⁶ mostram que, em 1607, cerca de 40% da soma das receitas da Coroa eram gastos em tenças (pensões), moradias, ordenados e juro para a nobreza. Os recursos eram oriundos, principalmente, dos lucros da colonização. Em 1506, 65% das receitas do Estado português provinham dos ganhos do comércio e do Ultramar, percentual que se manteve igual ou maior até a segunda metade do século XVIII⁸⁷. Dessa forma, a aristocracia portuguesa se beneficiava tanto ao participar da conquista

82 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 43.

83 Ibidem p. 44.

84 Ibidem p. 44.

85 Ibidem p. 47.

86 apud Fragoso & Florentino, op. cit. p. 46.

87 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 45-6.

das rotas de comércio quanto indiretamente ao receber, da coroa, parte significativa da renda gerada com os empreendimentos coloniais.

Conforme nos aponta Fragoso e Florentino sobre as famílias ligadas à nobreza portuguesa,

“tratar-se-ia de uma elite cortesã que monopolizava os principais cargos e ofícios do paço, no exército e nas colônias. Como remuneração, recebia novas concessões régias, que poderiam ser acumuladas ou adquirir a forma de novos serviços, como a administração de mais bens da Coroa ou de postos de maior prestígio. Outra forma de remuneração de serviços era a concessão de postos da administração real no âmbito do Império. Foi o que fez D. João III a D. Francisco Rolim, o qual, em dificuldades financeiras na metrópole, recebeu o posto de capitão-mor na Índia [...] A Coroa concedia postos administrativos e militares que proporcionavam, além dos vencimentos, privilégios mercantis, viagens marítimas em regime de exclusividade ou de isenção de taxas e as ‘liberdades da Índia’ – ou seja, o direito de transportar gratuitamente, nas embarcações reais, mercadorias em regime privado”⁸⁸.

A expansão marítima dos portugueses era movida por interesses mercantis, de maneira que a Coroa portuguesa construía de fortes e benfeitorias no território estrangeiro para permitir o estabelecimento de rotas comerciais perenes, operadas pelos portugueses sob concessão real. A ligação entre a nobreza e os grandes comerciantes conduz a Fragoso e Florentino se utilizarem do termo “fidalgo-mercador”⁸⁹ para se referirem aos segmentos aristocráticos que viam nos territórios ultramarinos a possibilidade de obterem rendas e prestígio⁹⁰.

No Brasil não teria sido diferente. Segundo os autores, em nosso país “a formação da primeira elite senhorial fez-se pelo controle de cargos políticos e administrativos e por meio de estreitas alianças (inclusive matrimoniais)[... e outros] privilégios obtidos na esfera da política”⁹¹. Assim era que se galgava a postos de recolhimento de impostos ou se conquistava monopólios na Colônia, como o controle do açougue público e da balança do açúcar.

88 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 48-9.

89 Ibidem p. 43, 49 Segundo os autores, a categoria advém da historiografia portuguesa.

90 “São exemplos desse movimento os Albuquerque e os Saldanha, titulares, respectivamente, no governo da Índia e de Angola/Rio de Janeiro, além do caso de Duarte Sodré Pereira, antigo governador de Pernambuco” (Ibidem p. 50).

91 Ibidem p. 66.

A balança do açúcar, por exemplo, que pesava todo o açúcar, breu, farinhas e tudo o mais que embarcasse para Portugal, foi concedida em 1635 para Salvador Correia de Sá e Benevides, que manteve a concessão até o final do século XVII. O abastecimento de carne da cidade do Rio de Janeiro era exclusividade de Baltazar Leitão, adquirida em 1643. Baltazar também arrematou os dízimos reais em 1637 e 1649 e sua família esteve ligada à administração da Coroa, com o que fizeram fortunas⁹².

A arrematação dos dízimos era uma espécie de pregão, há época, em que aquele que fizesse a maior oferta era beneficiado pelo regime de exclusividade. Tratava-se de “um dos principais ramos de negócio de uma economia de Antigo Regime e, pois, um setor onde se localizavam os grandes homens de negócios”⁹³. Tais comerciantes, se no início da colonização eram portugueses, em pouco tempo seriam nascidos na colônia. Como demonstra o estudo, vários comerciantes do Rio de Janeiro dispunham de fortunas suficientes para participar em condições de igualdade com os metropolitanos. Segundo afirmam os autores, “desde finais da década de 1630, a arrematação era feita por negociantes da capitania, o que significa que ela possuía condições econômicas para tanto”⁹⁴.

Seja pelas relações políticas, seja pelo poderio econômico, a elite colonial se beneficiava da relação de dominação entre a metrópole e a colônia, servindo como agente desta colonização:

“as mais ricas famílias do Seiscentos fluminense montavam suas fortunas por meio de uma *acumulação excludente* e, como conquistadores, camaristas e funcionários, se apoderaram de parte dos recursos governamentais”⁹⁵.

Com isto, a colônia replicava, em escala ampliada, a estrutura social da metrópole, cujo topo era reservado às casas de nobreza beneficiárias dos favores reais.

Esta relação direta entre o poder político e o poder econômico e a presença de uma elite parasitária que obtinha suas rendas por meio da relação com a Coroa confirmariam, segundo os autores, que se tratava de uma sociedade com um sistema econômico arcaico. Esse caráter plutocrático e elitista da sociedade e da economia coloniais era reforçado pela escravidão, que acentuava enormemente a diferenciação

92 Fragozo & Florentino, op. cit. p. 67-8.

93 Ibidem p. 68.

94 Ibidem p. 69.

95 Ibidem p. 70.

social e a complexificava ao incorporar também categorias raciais de hierarquização das pessoas⁹⁶. O processo de diferenciação social, herdado da metrópole e baseado nas relações com a monarquia, atingia níveis absurdos na colônia ao se conjugar com a escravidão dos negros e formar uma intrincada e infundável hierarquia entre as famílias e os indivíduos, baseada em critérios como relações políticas, poder econômico, condição (i.e, se homem livre ou escravo), cor da pele, sobrenome, etc. Para Frago e Florentino, essa diferenciação socioeconômica, mais que ser o mecanismo por meio do qual se operava a colonização, era a razão desta, ou seja, o seu “o sentido sociológico último”⁹⁷. A sociedade escravista estaria, nessa concepção, a serviço da “contínua reconstrução da hierarquia excludente”⁹⁸: “o principal objetivo da renda extraída ao escravo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres”⁹⁹.

Pela semelhança do raciocínio, cabe-nos fazer referência a John Elliot Cairnes (1823 - 1875), importante pensador que influenciou, entre outros, Karl Marx. Cairnes também acreditava que a escravidão, mais que por motivos econômicos, sustentava-se por razões de status social.

“Los defensores de la esclavitud no la valoran como un simple instrumento productivo, sino más bien por sus consecuencias sociales y políticas: como medio de mantener una forma de sociedad en la cual los propietarios de esclavos son los únicos depositarios del prestigio social y del poder político, como ‘piedra fundamental’ de un edificio del cual ellos son los constructores”¹⁰⁰.

Mais à frente, nesta dissertação, teremos a oportunidade de questionar esses discursos que excluem os argumentos econômicos para a explicação do escravismo moderno, bastando-nos, por hora, apresentar o raciocínio desenvolvido em *Arcaísmo como projeto* de que a desigualdade social, política e econômica, como princípio da organização da sociedade portuguesa dos primeiros séculos do período moderno, foi transposta para servir de eixo à expansão ultramarina de Portugal e ao funcionamento de suas possessões e colônias. O sentido da colonização, para Frago e Florentino, não seria tanto a acumulação de riquezas pela metrópole quanto a reiteração do princípio de

96 Quijano, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 2005.

97 Frago & Florentino, op. cit. p. 177

98 Ibidem p. 21

99 Ibidem p. 88

100 Cairnes apud Fogel & Engerman, op. cit. p. 159

diferenciação social:

“a consecução do projeto colonizador, mais do que criar um sistema monocultor e exportador, visava a reproduzir em continuidade (i.e., no tempo) uma hierarquia altamente diferenciada”¹⁰¹.

Por esta razão, a participação do Brasil-colônia e de outras possessões ibéricas na constituição de um mercado mundial não é considerada por Fragoso e Florentino como o fulgor de um novo sistema econômico, mas a repetição de um sistema vinculado ao antigo regime:

“ainda quando seja correto apontar para a cada vez mais intrincada vinculação da economia colonial a um mercado exterior de feições mais e mais capitalistas, seu pano de fundo viabilizador era constituído pela contínua exarcebação de uma natureza arcaizante”¹⁰².

Além da lógica do sistema colonial brasileiro distanciá-lo das novas relações sociais do emergente capitalismo, outras características também endossariam, para os autores, essa diferença entre os sistemas econômicos. Tais elementos diferenciais, dos quais se destaca o regime escravocrata, são expostos pelos autores como compartilhando uma unidade lógica que não é devidamente explicada no livro e que, no mais das vezes, parece contrária ao perfil da economia colonial globalizada que fora apresentado.

Dessa forma, há passagens em que se supõe fatos econômicos, ou se supõe relações questionáveis entre fatos econômicos, como quando Fragoso e Florentino estabelecem uma equivalência entre escravidão e pouca circulação de dinheiro, que é dada como certa embora não seja melhor demonstrada. Parece então que parênteses e travessões buscam dar como evidente o que não foi explicado pelas palavras, como nos trechos extraídos:

“regimes compulsórios de produção (sinônimo de uma frágil divisão social do trabalho)”¹⁰³

“mercado caracterizado por uma frágil divisão social do trabalho – e, portanto, por uma precária liquidez”¹⁰⁴

101 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 56.

102 Ibidem p. 235.

103 Ibidem p. 163.

104 Ibidem p. 225-6.

“frágil divisão social do trabalho (i.e., de demanda restrita)”¹⁰⁵.

Analisemo-los com calma. Primeiramente, cabe assinalar o estranho emprego do termo divisão social do trabalho. Para a teoria marxista, a divisão social do trabalho, na sociedade capitalista, refere-se à divisão entre proprietários (burgueses ou capitalistas), de um lado, e os trabalhadores, de outro. Certamente tais categorias, próprias do sistema capitalista, não podem ser aplicadas acriticamente sobre outros sistemas econômicos, ainda que possam exercer funções heurísticas no entendimento de economias baseada em outros princípios e divisões sociais. De toda maneira, não seria possível falar em frágil divisão social do trabalho em uma sociedade que é marcada por uma divisão inapelável entre proprietários de escravos e trabalhadores escravos, mediados por homens livres sem posses, militares, funcionários públicos. Percebe-se nas sociedades escravistas uma divisão clara entre os trabalhadores, na maioria negros e, especialmente, escravos, e os brancos colonizadores ou membros da elite colonial. Pelo absurdo de uma afirmação que negue tal estado de coisas na sociedade colonial, é de se pensar que a referência dos autores incidir-se-ia sobre a divisão técnica do trabalho, isto é, da divisão de tarefas e de atividades econômicas entre os trabalhadores. Talvez reforce essa suposição o fato de Fragoso e Florentino mencionarem que os modelos explicativos oferecidos pelo pensamento social brasileiro interpretavam a colonização em um “quadro geral caracterizado por baixos níveis de capitalização e técnicas agrícolas rudimentares”¹⁰⁶, assim como Flamarion Cardoso diz sobre a presença de “forças produtivas de nível relativamente baixo, marcado pelo uso extensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra”¹⁰⁷. Tais visões não são contestadas ao longo do livro, o que pode significar uma concordância dos autores nesses pontos e que permitir-nos-ia entender a *frágil divisão social do trabalho* como uma economia ligada à terra e na qual os trabalhadores desempenhassem basicamente as mesmas funções e tarefas.

Esse entendimento, entretanto, é contrário ao que fora afirmado por Fragoso e Florentino quando apresentavam o dinamismo e a abrangências das transações comerciais do Rio de Janeiro no início do Novecentos. O grande comércio intra e intercolonial nos aponta, ao contrário, à produção em grande escala baseada no trabalho escravo, com, portanto, uma forte divisão social e técnica do trabalho. Se as fazendas

105 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 194

106 Ibidem p. 54

107 Cardoso, Ciro Flamarion apud Fragoso & Florentino, op. cit. p. 34

exportadoras eram abastecidas por matéria-prima, alimentos e outros insumos básicos por outras fazendas, temos a presença de unidades produtivas com cada vez maior grau de especialização, que concorriam com várias outras e, portanto, buscavam aumentar a sua eficiência pela diminuição dos custos de produção. Uma plantavam cana, outras mandioca, outras criavam gado, outras produziam açúcar, constituindo uma cadeia escravista marcada pela complementaridade econômica entre as várias unidades.

Contestada a afirmação sobre a fragilidade da divisão social do trabalho, restou-nos das passagens anteriores a referência à *liquidez da economia* e à *demanda restrita*, que se referem, na terminologia usada em outros trechos, à débil circulação de numerário¹⁰⁸.

A menção a uma *demanda restrita*, ou mesmo a um “mercado restrito”¹⁰⁹ é intrigante ao se considerar o que foi dito pelos próprios autores poucas páginas antes em seu livro. Para afirmar a importância dos *negociantes de grosso trato* cariocas, os autores se valem dos registros históricos que demonstram uma grande movimentação no porto do Rio de Janeiro com rotas com a África e com o restante do Brasil-colônia. Curioso é como, após afirmar a existência de um forte mercado interno e, por meio dessa assertiva, contestar a concepção contrária presente em vários pensadores brasileiros, podem Fragoso e Florentino voltar atrás no que haviam expressado. Já a indicação de pouca liquidez, ou seja, de pequena circulação de dinheiro-moeda na economia colonial, é coerente com as demais ideias apresentadas pelos autores no livro. O que permitiria a presença de um mercado interno robusto, apesar da ausência de numerário, seria o amplo uso de empréstimos ou, em suas palavras, a “existência e a generalização da cadeia adiantamento/endividamento”¹¹⁰ que fazia girar a economia. Como apresentam os autores,

“quase $\frac{1}{4}$ de toda a riqueza inventariada no Rio de Janeiro entre 1797 e 1840 fluía sob a forma de empréstimos. Estes, dizíamos, formados por contas correntes, letras e créditos pessoais, denotavam a existência de um mercado em que as trocas se confundiam com o pagamento de juros e com a usura”¹¹¹.

Centralizados nos grandes comerciantes, as operações financeiras estavam diretamente relacionadas às transações comerciais. Os comerciantes, como os grandes

108 Fragoso & Florentino, op. cit. pp. 20, 55.

109 Ibidem p.163.

110 Ibidem p. 205.

111 Ibidem p. 204.

agentes intermediários das relações entre os continentes, financiavam os movimentos de mercadorias do sistema escravista:

“constituída majoritariamente por agentes residentes, a cadeia de endividamentos da praça do Rio de Janeiro também se estendia a outras regiões e mesmo países”¹¹².

O papel dos negociantes cariocas de grosso trato

“ultrapassava a atuação na esfera da importação/exportação de bens, assumindo feições mais orgânicas relativas ao haver e dever [crédito e débito]. O que estava em jogo aqui era a estruturação de uma verdadeira conta corrente atlântica, que, tendo o capital mercantil carioca por eixo, agregava as diversas formações econômicas extracontinentais”¹¹³.

As dívidas era a roda que movia o escravismo e mesmo a escravização. As operações de crédito iniciavam desde a aquisição dos escravos nos portos angolanos, já que grande parte dos negros eram dados como pagamento adiantado¹¹⁴; perpassava a compra dos insumos pelos engenhos, cujo pagamento era atrelada à venda do açúcar; e continuava no momento da exportação dos produtos para a metrópole, também mediada pelos comerciantes que contabilizavam, tanto a venda do senhor de engenho quanto a venda para o exterior, em seus livros de haveres e deveres, podendo até fazer todas as operações sem a necessidade de qualquer desembolso.

O uso do crédito, porém, ao contrário do que sugere Fragoso e Florentino, não atesta o caráter mercantilista (i.e, não-capitalista) da produção colonial brasileira. Desde o século XIX, conforme apresenta Marx¹¹⁵, até os dias de hoje, o uso intensivo de crédito, em valores bem superiores aos meios de pagamento disponíveis, sempre esteve presente nas economias capitalistas.

Vale também mencionar que as transações comerciais não eram travadas somente entre proprietários de escravos ou entre homens livres. Ao contrário do que muitos supõem, o escravo não era necessariamente um não-consumidor. É provável que a figura de *escravo de ganho* era bastante difundida nas Américas, pautando as relações senhor-escravo e sendo empregada de forma generaliza em inúmeros nichos econômicos, inclusive na mineração, indo assim muito além das *negras de tabuleiro*.

112 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 206.

113 Ibidem p. 217.

114 Ibidem p. 207.

115 Marx, Karl. *O Capital*. 1980, p. 154n.

Havia, ao que parece, bastantes escravos que trabalhavam de forma independente (mesmo que em empreendimentos coletivos), retiravam seus ganhos dessas atividades, compravam variados gêneros para si mesmos e pagavam, semanalmente, um valor acordado para os seus senhores. Tal forma contratual, por assim dizer, não foi exclusividade do escravismo brasileiro, como surge dos estudos de Fogel e Engerman sobre os escravos urbanos nos Estados Unidos. Segundo eles, os artesãos que eram escravos

“actuaban pácticamente de la misma manera que los artesanos libres. Anunciaban sus servicios, negociaban sus propios contratos, recibían dinero y pagaban sus deudas y elegían su propia residencia y su sitio de empleo. La diferencia fundamental entre los esclavos y los artesanos libres era que los primeros estaban obligados a pagar a sus amos un porcentaje fijo de sus ingresos”¹¹⁶.

A presença dessas relações comprova, como assinalado ao longo desta dissertação, a compatibilidade entre o escravismo e o sistema de mercado.

Não é isso, porém, o que afirma Frago e Florentino, apesar deles mesmos apresentarem alguns dados que podem contradizê-los. Dizer que o sistema colonial era arcaico, mais que expressar a condenação moral da escravidão, é afirmar a extemporaneidade da forma econômica, o que implica em atribuir o caráter de pré-capitalista àquela economia. Ao invés de representar a “locomotiva do progresso capitalista” o capitalismo mercantil apresentaria limitações próprias chegando inclusive, segundo os autores, a promover a “esterilização de riqueza produtiva”¹¹⁷, ou seja a ficar em posição contrária ao desenvolvimento capitalista.

Aparentemente, o principal argumento de Frago e Florentino sobre o arcaísmo do sistema colonial brasileiro está na caracterização da colonização portuguesa. O Brasil colonial é utilizado pelos autores para confirmar uma ideia prévia sobre o atraso português frente aos outros países europeus que rapidamente se industrializavam, como fica explícita nesta passagem que resume a explicação do título do livro:

“o ‘atraso’ português, em pleno século XVIII, não se constitui em mero anacronismo, fruto de uma putativa incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social,

116 Fogel & Engerman, op. cit. p. 47.

117 Ibidem p. 162.

cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais”¹¹⁸.

Percebe-se nesta passagem a operação teórica que relaciona a sociedade colonial brasileira com a portuguesa, e pelo arcaísmo atribuído à esta infere-se o arcaísmo daquela. O argumento explicativo do raciocínio é então apresentado na referência ao “destino manifesto capitalista europeu”.

“Se tomarmos o século XVIII lusitano, observaremos o amplo domínio de estruturas agrárias tradicionais, configurando, em princípio, a típica paisagem do Antigo Regime: a aristocracia controlava, direta ou indiretamente, metade das terras e seu pares eclesiásticos cerca de 30%. A cidade não desenvolvia, travada pelo predomínio de atividades eminentemente mercantis e administrativas”¹¹⁹.

O atraso relativo de Portugal frente às outras potências européias implicaria em diferenças fundamentais no que tange ao sentido da colonização dos territórios americanos. O arcaísmo, para eles, não residiria na forma desumana da escravidão para a orquestração de um sistema mundial injusto de criação de riquezas, com o que poderia se condenar toda (ou pelo menos a maior parte) da colonização do continente; antes Fragoso e Florentino querem fazer acusações contra a colonização portuguesa, às custas de defender a colonização por outras metrópoles, na medida em que esta teria propiciado o desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial.

Ao comparar o escravismo brasileiro com o estadunidense, notamos que, aparentemente, não havia grandes diferenças nas suas estruturas sócio-econômicas, para além, naturalmente, das idiossincrasias culturais. Entretanto, o papel desempenhado pelas colônias em um plano mais geral seria distinto para os autores de *Arcaísmo como projeto*, segundo o país colonizador:

“os projetos colonizadores que redundaram no Brasil e na Jamaica foram levados a cabo por metrópoles cujas naturezas eram radicalmente distintas. A Inglaterra que se assenhoreou da ilha caribenha havia muito promovera sua Reforma Anglicana, expropriara as terras da Igreja e iniciara os *enclousures*. [...] para a Inglaterra a colonização das Antilhas e a criação, ali, de uma estrutura assentada na radical exclusão social assumia feições de mais um dos vários instrumentos de transformação da própria sociedade inglesa. [...] O panorama português era totalmente distinto. Para Portugal, a colonização e a montagem de estruturas hierarquizadas e excludentes no Ultramar

118 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 52.

119 Ibidem p. 41.

servia ao claro propósito de preservar a antiga ordem metropolitana”¹²⁰.

Nos países de colonização portuguesa, portanto, não se apresentariam os elementos dinâmicos e revolucionários que se desenvolviam na Inglaterra e França¹²¹. Os autores delinham, dessa maneira, um eixo a partir do qual se hierarquiza as sociedades, aplicado duplamente, duplamente perverso. Na primeira utilização, as metrópoles européias – ou apenas uma parte delas – é considerada a vanguarda, sendo as colônias americanas representantes do atraso. Nesse caso o atraso “alimenta” e impulsiona a industrialização e a modernidade dos países europeus. Numa segunda aplicação, logicamente posterior, o dualismo *atraso-modernidade* é utilizado para separar as colônias americanas. Os territórios colonizados por potências que se industrializaram e se modernizaram, são dotados de uma “capacidade”, herdada da metrópole, de modernização. São, também, vanguarda, pois estão relacionados à vanguarda, em uma análise *post facto*. Note-se que esse segundo movimento, se por um lado apaga a história escravista dos Estados Unidos, no caso brasileiro só reforça o atraso diagnosticado inicialmente. Além de sermos colônia, éramos colônia de Portugal, enquanto as potências econômicas e bélicas da época eram Inglaterra, França e Países Baixos. A passagem que segue corrobora nossa interpretação:

“uma diferença fundamental em relação, por exemplo, à estrutura do capital mercantil inglês, holandês e mesmo francês da Época Moderna: a atividade comercial lusitana tinha por fim último a permanência de uma sociedade arcaica, não chegando a assumir os contornos revolucionários que desempenhava em outros países”¹²².

Tal análise, que constitui uma das ideias mestras da obra, é controversa por trabalhar com a dicotomia *atraso X vanguarda*, sem considerar as contradições inerentes a cada situação histórica. Ainda que Inglaterra tenha passado por processos revolucionários (religiosos e econômicos) e se encontrava em pleno processo de transformação social, a colonização inglesa nas Américas poderia atuar, pelo contrário, contra tais transformações e pela manutenção da ordem social inglesa, e não há mostras de que agira de outra maneira.

Não tenho suspeitas sobre quais poderiam ser os elementos revolucionários presentes na ordem escravocrata das colônias inglesas, holandesas e francesas, que não

120 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 224

121 Ibidem p. 47

122 Ibidem p. 53

se fizessem presentes nas colônias ibéricas.

Fragoso e Florentino parecem cair nesse erro de, ao diferenciar Portugal de outros países europeus da época, transpôr essa divisão para os respectivos territórios coloniais nas Américas. Uma comparação entre as colônias deveria, inicialmente, partir da diferenciação dos colonizadores, para então, em seguida, comparar as colonizações entre si, como organismos sociais específicos, analisando o que têm de semelhante e de distinto. Fragoso e Florentino, como vários outros intelectuais do pensamento social latino-americano, parecem não terem avançado nesse segundo passo, ou então terem se detido naquilo que as colonizações têm de distinto para confirmar as diferenças detectadas entre os colonizadores.

A comparação entre as colonizações dos diferentes povos europeus nas Américas, ao invés de ser utilizado para a detecção das especificidades das relações entre trabalho compulsório, relações sociais e internacionais, é apropriado como argumentos de um discurso que lamenta ter sido colonizado por um, e não por outro povo europeu. Esse sentimento de inferioridade transparece como uma colonização do pensamento de parte da intelectualidade latino-americana, ao expressarem um sentimento de subalternidade não só em relação aos países centrais europeus, como também a determinadas colônias e ex-colônias americanas, especialmente Estados Unidos e Canadá.

Tal concepção parece ter sido inculcada em Fragoso e Florentino a partir de Fernando Novais. Segundo a dupla de autores,

“Novais não desconhece o caráter peculiar das metrópoles ibéricas. Nestas não se verificavam os resultados finais de uma acumulação prévia de capitais – isto é, a industrialização capitalista”¹²³. Mas não se trata de uma referência a um autor em específico, apenas. Tal ideário está há muito tempo no pensamento social ibero-americano, e se encontra presente em pensadores de todo o espectro político. Marxistas como José Carlos Mariátegui nos apresenta um raciocínio muito próximo ao adotado por Fragoso e Florentino, entendendo o colonialismo como uma extensão da era feudal ibérica:

“A Espanha nos trouxe a Idade Média: inquisição, feudalismo, etc. Trouxe-nos, depois, a Contrarreforma: espírito reacionário, método jesuítico, casuismo escolástico.

123 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 32

Da maior parte destes fatos nos fomos liberando, penosamente, por meio da assimilação da cultura ocidental, obtida, às vezes, através da própria Espanha. Mas de seu alicerce econômico, arraigado nos interesses de uma classe cuja hegemonia não suprimiu a revolução da Independência, ainda não nos liberamos. As raízes do feudalismo estão intactas. Sua sobrevivência é responsável, por exemplo, pelo atraso de nosso desenvolvimento capitalista”¹²⁴.

Nessa passagem se destaca a acusação contra o colonizador, que fica responsabilizado pelo atraso econômico das sociedades hispano-americanas. Para Mariátegui, a colonização representou um desastre em termos econômicos, pois desarticulou a economia Inca sem contudo conseguir estruturar, em substituição, um novo sistema produtivo: “A colônia, impotente para organizar no Peru pelo menos uma economia feudal, enxertou nesta elementos de economia escravista”¹²⁵. O insucesso da empresa colonial não estaria, dessa forma, relacionado à dominação militar, mas principalmente à herança econômica e cultural legada, com o que contrapõe a Espanha ao ocidente, este identificado pela ascensão de uma nova ordem econômica, política e social:

“A incapacidade da colônia para organizar a economia [...] é explicada pelo tipo de colonizador que nos coube. Enquanto na América do Norte a colonização depositou as sementes de um espírito e de uma economia que então frutificavam na Europa, e às quais pertencia o futuro, para a América espanhola trouxe os efeitos e os métodos de um espírito e de uma economia já em declínio, aos quais apenas pertencia o passado”¹²⁶.

O autor de *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* se insere assim, ao lado de uma vasta literatura que realiza uma análise comparativa entre países ou regiões de colonização na América e que se compraz em ressaltar as diferenças entre a colonização espanhola, portuguesa, holandesa e inglesa. A ênfase sobre as diferenças culturais dos colonizadores parece conferir especial relevo à abordagem culturalista no pensamento social americano, cujos exemplares na literatura brasileira são encontrados em Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda¹²⁷.

124 Mariátegui José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 1975, p. 35.

125 Ibidem p. 37.

126 Ibidem pp. 39-40

127 Outros autores mais recentes seguem fazendo a re-atualização da mesma ideia, como exemplifica Morse, Richard, em *O Espelho de Próspero* (2000).

Enquanto nos Estados Unidos as reflexões sobre a história nacional baseavam-se na Guerra de Secessão e no dualismo Sul e Norte no período anterior, utilizando o instrumental da historiografia e da economia, o pensamento sul-americano, mais humanista, operava com o contraste não entre sociedades escravistas e de trabalho livre, mas entre as de colonização ibérica (ou latina, a depender do autor) e a anglo-saxã. Ou seja, a análise não é estritamente econômica, visto que seu recorte não se baseava na presença ou não da escravidão como forma dominante de trabalho social; a abordagem era essencialmente cultural¹²⁸. O uso de binarismos, nesse caso, destaca-se, buscando abordar elementos contrários e mutuamente excludentes entre uma cultura e a outra, o que acaba por resultar inevitavelmente na homogeneização de realidades sociais incompatíveis, como a criação, por exemplo, de um “modelo” da colonização anglo-saxã, diante da diversidade de suas formas, desde as colônias caribenhas às altas latitudes de Estados Unidos e Canadá.

Seguindo tais caminhos bastante trilhados pelo pensamento social brasileiro, Fragoso e Florentino utilizam a cultura para explicar o comportamento das formações econômicas. Após apresentarem a forma político-patrimonialista com que se deu a colonização portuguesa ao longo do globo eles inferem uma continuidade desta forma “arcaica” na ideologia da elite de mercadores que dominava a economia e a sociedade colonial brasileira. A elite colonial teria herdado o atraso e os ideais retrógrados da metrópole, com a qual e com os quais estavam intimamente relacionados:

“a elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos de *ideal aristocrático*, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados”¹²⁹.

Apesar de demonstrarem que os comerciantes dominavam vários setores econômicos, especialmente os mais lucrativos, os investimentos realizados em fazendas, engenhos e casas comerciais denotariam para os autores a presença de uma mentalidade do Antigo Regime e uma ética de diferenciação social e ociosidade:

“a transformação do grande comerciante em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao

128 Apesar da base culturalista, trabalha-se também com categorias sócio-econômicas, como na dualidade colônias de exploração e colônias de povoamento. A despeito da capacidade heurística e explicativa que tais conceitos concentram, deixam evidente que o recorte advém da divisão entre primeiro e terceiro mundo, que operava à época.

129 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 21

controle de homens e à afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho”¹³⁰.

Entretanto, a base estatística para a fundamentação do argumento é parca. São analisados somente 25 inventários post-mortem de comerciantes da virada do Setecentos para o Oitocentos no Rio de Janeiro, com fortunas superiores a 50 contos de réis¹³¹, e desses somente 4 comerciantes (16%) haviam se transformado em fazendeiros antes de sua morte. A conclusão de haver um ideário de posse de terras e atividades agrícolas é forçosa, ainda que não seja descabida. Dos mesmos dados de onde se extrai a suposta presença de um ideal aristocrático, poder-se-ia inferir uma diversificação dos negócios dos homens ricos da sociedade colonial.

A abordagem culturalista da história e da sociedade brasileira, de modo geral, buscava elementos para a construção de uma identidade nacional. Em Frago e Florentino, esse percurso é um pouco diferente. Como eles mesmos afirmam na introdução, o objetivo do livro estaria em “entender a persistente desigualdade brasileira por meio de alguns de seu nexos com nossa história colonial tardia – i.e., com os séculos XVIII e XIX”¹³². *O Arcaísmo como Projeto* se inicia apresentando, em sua introdução, um retrato da iníqua distribuição de renda brasileira e subentende-se haver uma continuidade entre o “projeto” colonial e a atual organização social brasileira, bem como a permanência do mesmo grupo social na hierarquia econômica e política. Tal inferência, para a qual não há elementos que a embasam ao longo do texto, é reforçada pela menção, no final do livro, à “cultura política das elites brasileiras contemporâneas”¹³³. Sugere-se, desse modo, que a elite atual do país é considerada uma derivação das elites coloniais – o que é verossímil – e que permanece a forma de fazer política e a ideologia dominante por trás da organização social e econômica (chamada pelos autores, sem maiores definições, por *cultura política*). Esta última afirmação demonstra-se complicada por não ser acompanhada de maiores demonstrações.

Podemos concluir, a partir do livro, que a elite colonial brasileira herdou da sociedade portuguesa um forte ideal aristocrático, que conduzia a um comportamento econômico que tinha por objetivo a diferenciação social, e aí estaria a explicação para a grande desigualdade social brasileira hoje em dia. Ainda que interessante, a teoria não deixa de ser simplória e, principalmente, extremamente ideológica, no sentido de que

130 Frago e Florentino, op. cit. p. 231-2.

131 Ibidem p. 229.

132 Ibidem p. 18.

133 Ibidem p. 235.

considera ideias ou ideais como princípios formadores de uma sociedade¹³⁴.

CAPÍTULO 3 - ESCRAVISMOS NAS AMÉRICAS

SEÇÃO 1 - O SUL DOS ESTADOS UNIDOS E AS OUTRAS SOCIEDADES AMERICANAS ESCRAVISTAS

Na primeira metade do século XIX, a divisão internacional do trabalho apresentava enorme nível de especialização. O mercado mundial de então era baseado na produção em grande escala com trabalho escravo, com tendências monopolistas. A produção de café era dominada pelo Brasil, a de açúcar por Cuba, a de algodão pelo sul dos Estados Unidos, a de trabalhadores por diversas regiões da África.

Fogel e Engerman nos apresentam dados sobre a expansão da produção algodoeira nos Estados Unidos nas décadas anteriores à Guerra Civil:

Tabela 3 - Produção de algodão nos Estados Unidos	
1790	3.000 fardos
1810	178.000 fardos
1830	732.000 fardos
1857	3.000.000 fardos
1860	4.500.000 fardos

Fonte: Fogel & Engerman, op. cit. p. 37, 76

Desses dados, infere-se, juntamente à pujança econômica dos Estados Unidos escravista, os grandes lucros gerados pelo escravismo que fizeram-no espriar-se pelo continente e tornar-se o sistema econômico predominante em grande parte das Américas.

Os vários territórios em que se desenvolvia a produção escravista compartilhavam diversos elementos estruturais em comum, como a integração ao

134 Este sentido primevo de “ideologia” foi consolidado por Marx em *A Ideologia Alemã* (2007).

mercado mundial, a dominação baseada no critério de raça e o trabalho escravo empregado na produção em grande escala. Ao mesmo tempo, havia grandes diferenças de caráter demográfico na população escrava do sul dos Estados Unidos em relação à Hispano-América, Caribe e Brasil. A enorme mortalidade dos escravos observada nestes países, causada por uma alimentação pobre, intenso ritmo de trabalho, bem como pelo meio epidêmico¹³⁵ demandava a manutenção e crescimento do tráfico de africanos, para reposição das “peças”, como eram chamados¹³⁶. Essa característica diferencia, por exemplo, a colonização inglesa do Caribe daquela dos Estados Unidos. Trata-se de um caso particularmente interessante para análise por nos afastar da tentação de compreender as diferenças econômicas pelas diferenças culturais. O Caribe britânico, que ainda hoje possui diversos países na Commonwealth¹³⁷, não apresentava as taxas de reprodução da população escrava alcançadas pelos Estados Unidos, diferencial do escravismo deste país. A produção açucareira e a superexploração do trabalho que ela impunha estabelecia no Caribe uma dinâmica econômica e populacional muito semelhante à brasileira:

“En las Indias Occidentales británicas y francesas, en la Guayana holandesa y en Brasil, el índice de mortalidad de los esclavos era tan alto y el nacimiento tan bajo que estos territorios no podían mantener su nivel de población sin acudir a continuas y abundantes importaciones de africanos”¹³⁸.

O grande volume do tráfico negreiro tinha diversas implicações.

Em primeiro lugar, ao oferecer escravos continuamente e a preços baixos, incentivava essa superexploração dos negros, que trabalhavam até a exaustão e sofriam por isso uma morte precoce. Outra condição que alimentava o tráfico atlântico era a desproporção de sexo nos escravos trazidos e, portanto, a menor capacidade de reprodução natural desta população. Além de serem minoria (cerca de $\frac{1}{3}$), as mulheres africanas trazidas tinham baixa fertilidade, provavelmente pelo choque emocional da escravização e diáspora¹³⁹. O tráfico atlântico, neste sentido, se auto-alimentava, e quanto maior sua proporção, mais necessário se tornava. Os Estados Unidos, entretanto,

135 Fogel & Engerman, op. cit. p. 21

136 Termo que denota a objetificação a que os escravos eram submetidos, como apontado pela literatura marxista.

137 A presença de colônias e ex-colônias britânicas pobres demonstra a hipocrisia presente no nome desta organização internacional. A riqueza “comum” está concentrada no Norte.

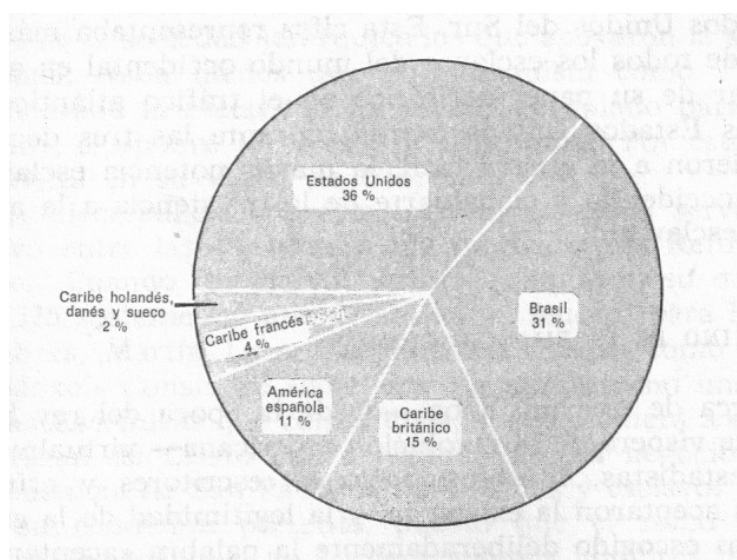
138 Fogel & Engerman, op. cit. p. 21

139 Fogel & Engerman, op. cit. p. 22

apresentavam maior crescimento natural da população escrava, tendência que se reforçou com o fim do tráfico negreiro em 1808¹⁴⁰. Com o fim do tráfico, ao invés da população negra decrescer, ela, pelo contrário passou a se expandir em escala geométrica. Apesar de ter recebido menos de 1/6 dos escravos que aportaram no Brasil, em 1825 os Estados Unidos era o país do mundo com maior número de escravos, com quase 2 milhões de pessoas.

“los Estados Unidos se transformaron en la principal potencia esclavista del mundo occidental, no por haber participado grandemente en el tráfico de esclavos, sino por el índice extraordinariamente alto de crecimiento natural de su población esclava”¹⁴¹.

Gráfico 3 - Distribuição de escravos nas Américas, 1825.



Fonte: Fogel & Engerman, op. cit. p. 23.

Ainda que apresentasse grandiosos números absolutos, a proporção de negros na população nos Estados Unidos era bem menor que aquela observada nas colônias ao sul. Em 1770, 22% da população estadunidense era negra, segundo afirmam Fogel e Engerman. Se considerarmos apenas os estados sulistas esse índice chegava a 40%.

140 Fogel & Engerman, op. cit. p. 18. Para Fogel e Engerman, isso resultou, neste país, um menor contato entre os negros e os novos africanos trazidos, daquele ocorrido no Caribe e no Brasil. Fogel & Engerman, op. cit. p. 20

141 Fogel & Engerman, op. cit. p. 24

Nesta mesma época, o Caribe britânico apresentava 91% de negros na sua população¹⁴².

“mientras los negros constituyeron la abrumadora mayoría de la población y de la mano de obra en el Caribe durante la mayor parte del período colonial, en las colonias de los Estados Unidos fueron siempre una minoría”¹⁴³.

Outra diferença importante de se mencionar, entre Brasil e Estados Unidos, está em que, neste último, os escravos eram concentrados na produção agrícola, principalmente, de algodão e tabaco, enquanto naquele a propriedade escrava estava disseminada em praticamente todos os nichos econômicos e estratos sociais. Conforme afirmam Fragoso e Florentino por meio da análise dos inventários, “quase todos os homens livres detentores de bens a legar possuíam ao menos um escravo”¹⁴⁴, o que poderia indicar um maior comprometimento desta sociedade com a manutenção desta instituição que os beneficiava¹⁴⁵. Tal disseminação, porém, não implicava na ausência de uma tendência de concentração. Segundo os dados levantados, no período entre 1790-1807, 25% dos escravos pertenciam a grandes proprietários, agrupados em plantéis com mais de 50 escravos. No período 1810-35, esse percentual subiu para 49%¹⁴⁶, concentração para a qual atuou de forma decisiva a expansão da agroindústria açucareira e do café¹⁴⁷.

Por fim, há de se mencionar que a alforria de escravos, seja como doação do proprietário¹⁴⁸ ou como compra, parece ter sido uma prática mais usual no Brasil que entre os yankes:

“comparemos a escravidão brasileira, por exemplo, com a do Sul dos Estados Unidos. Ali, as práticas de alforria redundaram em uma população de cor livre que, entre a Independência (1776) e inícios do século XIX, não ultrapassou 8,5% da população negra e 5% da população livre do Sul escravista. Às vésperas da Guerra Civil (1860), os negros livres compreendiam apenas 11% da população não-branca total.

142 Fogel & Engerman, op. cit. p. 17

143 Ibidem pp. 17-8.

144 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 124

145 Ibidem p. 88

146 Ibidem apêndice E, p. 243

147 Ibidem p. 94

148 A alforria por doação não deve obliterar a agência do escravo para sua obtenção. Sobre as formas pacíficas de resistência escrava, ver Paiva, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. 2009. Vale salientar que um percentual indefinido dos escravos alforriados eram filhos do senhor, e que portanto a alta taxa de alforria no Brasil escravista, em relação aos Estados Unidos, pode significar uma maior violência sexual contra as escravas.

Trata-se de um perfil bastante distinto do encontrado no Brasil. Por exemplo, nas freguesias rurais e urbanas do Rio de Janeiro em 1779 – uma época em que a *plantation* açucareira detinha grande peso na economia regional –, homens de cor representavam 31% de todos os livres. Campos dos Goitacazes, por volta da mesma época, primava pela plantação de cana-de-açúcar no âmbito fluminense, e ali a população parda e negra livre representava uma cifra superior a $\frac{1}{3}$ do total de homens livres. Na província que detinha a maior quantidade de escravos durante a década de 1830 – Minas Gerais –, os mestiços representavam $\frac{2}{3}$ do total de homens livres. Esse perfil aumentou ao longo do século XIX, de modo que, de acordo com o censo de 1872, metade da população livre de todo o Brasil era constituída por negros e pardos¹⁴⁹.

Há, portanto, uma diferença nas formas de proceder dos dois regimes escravistas. A alforria de escravos foi, aparentemente, uma instituição muito mais difundida no Brasil, especialmente em Minas Gerais, que nos Estados Unidos. Com o passar dos anos e com novos escravos alforriados, somando-se aos descendentes dos negros libertos anteriormente, a população negra, no Brasil, que já era a maioria, passou a constituir-se também como maioria dos homens livres.

Até agora tratamos das diferenças existentes em nível, por assim dizer, demográfico. Há outras diferenças que, em vez de contrastar o funcionamento dessas economias, parecem desvendar em uma o que em outra se encontra mais desenvolvido. Por exemplo, o paternalismo, comumente atribuído ao escravismo no sul dos Estados Unidos, certamente estava presente nas outras formações escravistas americanas, ainda que com menos intensidade ou, ao menos, com menor ênfase nos estudos acadêmicos. Outro exemplo pode ser buscado na resistência ao abolicionismo. Para Fogel e Engerman, “fue sólo en los Estados Unidos donde los propietarios de esclavos recurrieron a una guerra de grandes dimensiones para detener la tendencia abolicionista”¹⁵⁰, sendo este país considerado pelos autores como “el baluarte de la resistencia a la abolición de la esclavitud”¹⁵¹. No Brasil, a resistência escravagista fica demonstrada ao ser o último país a emancipar seus escravos no continente.

149 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 185-6.

150 Fogel & Engerman, op. cit. p. 27.

151 Ibidem p. 24.

SEÇÃO 2 - ESCRAVISMO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Tal qual a revisão histórica operada por Fragoso e Florentino para destacar as intensas operações comerciais no âmbito do Império lusitano, bem como a importância do Rio de Janeiro e de seus comerciantes de grosso trato, Fogel e Engerman voltam suas armas da crítica contra o que chamam de “interpretação tradicional” da história estadunidense.

Segundo eles, nos Estados Unidos foi sendo construída, a partir do século XIX, uma ideologia¹⁵² sobre a ineficácia do trabalho escravo¹⁵³. O cadinho em que foi forjado este conjunto de ideias foram os debates teóricos e políticos entre abolicionistas e escravocratas, no contexto da Guerra Civil.

“Con raras excepciones, tanto los que estaban a favor como los que estaban en contra de la esclavitud compartían la convicción de que los negros eran, por causas raciales, generalmente inferiores a los blancos como trabajadores y como seres humanos”¹⁵⁴.

O racismo que marcou essa época criou um mito de indolência e inferioridade dos afro-americanos¹⁵⁵. Esse mito, no início do século XX, iria ganhar uma roupagem mais científica e sistematizada, com a publicação em 1918 de *American Negro slavery* de U. B. Phillips¹⁵⁶. Utilizando categorias weberianas¹⁵⁷, Phillips afirmava que o trabalho escravo era economicamente ineficaz e que a economia do Sul estava em decadência no período pré-guerra¹⁵⁸.

Os dados reunidos pelos autores demonstravam, pelo contrário, uma grande pujança econômica do Sul *antebellum*. Defendendo o uso da cliometria para a interpretação histórica, Fogel e Engerman se perguntam: como explicar tal desvirtuação da realidade pelos pensadores clássicos estadunidenses?¹⁵⁹ E respondem:

152 Fogel e Engerman definem ideologia como “sistema de creencias, ‘creencia’ significa una afirmación no verificada que es considerada cierta y ‘conocimiento’ implica una afirmación que há sido verificada de acuerdo con una serie de criterios objetivos como los empleados en la estadística y en diversos campos de la ciencia” (Fogel & Engerman, op. cit. p. 231). Nesta dissertação, porém, ideologia está em um sentido mais abrangente, que incorpora a ciência e os discursos científicos, conforme especificado no Capítulo I - Introdução.

153 Fogel & Engerman, op. cit. p. 136.

154 Ibidem p. 152.

155 Ibidem p. 193.

156 Ibidem p. 190.

157 São os desserviços a que a teoria weberiana se presta.

158 Ibidem p. 193.

159 Ibidem p. 184.

“es justamente allí donde los testimonios son escasos y el elemento especulativo más influyente, donde la interpretación se hace más vulnerable a la interacción de la ideología”¹⁶⁰.

A restrita base documental nos quais podia se basear o trabalho historiográfico do início do século XX dava grande espaço a interpretações generalizantes e equivocadas sobre o funcionamento do sistema escravista. Além disso, a maior parte dos relatos históricos com os quais trabalhavam esses historiadores vinham de testemunhas brancas, com “prejuicios raciales y classistas que oscurecía su[s] visión[es]”¹⁶¹.

Tal é o caso, dentre outros, de Frederick Law Olmsted, que viria a influenciar a percepção de Karl Marx sobre o escravismo americano¹⁶². Olmsted foi o articulista contratado pela *Times* para descrever o sul do país, às vésperas da Guerra (1852 a 1854). Apesar de grande perspicácia, as concepções prévias que tinha sobre a inferioridade do trabalho escravo marcam presença nos mais de setenta e cinco artigos escritos, que posteriormente foram republicados em quatro volumes¹⁶³:

“No cabe duda de que las teorías de Olmsted sobre el trabajo de los negros en relación con el de los blancos y el trabajo del Sur en relación con el de Norte estaban influenciadas por los prejuicios raciales que llevó consigo en sus viajes por el Sur”¹⁶⁴.

Olmsted, como outros pensadores da primeira metade do século XIX, muitos deles abolicionistas, utilizavam, além de argumentos de fundo moral, argumentos econômicos, que afirmavam a ineficácia da escravidão e a viam como obstáculo para a industrialização e o desenvolvimento das cidades¹⁶⁵. Tais relatos e percepções de nortistas e da elite sulista estadunidense, ambos cravados de racismo, foram a base documental em que se debruçaram os historiadores do século XX que, em uma época marcada pelo embate entre capitalismo e socialismo, buscavam compreender o embate havido entre as sociedades escravistas e não-escravistas. Apesar de dotados de outros arsenais teóricos, esses pensadores do século passado não conseguiram superar a perspectiva de desvalorização das sociedades afro-americanas em comparação com o modelo liberal-capitalista. Fogel e Engerman nos especificam esse período em que a

160 Fogel & Engerman, op. cit. pp. 230-1.

161 Ibidem p. 123.

162 Cf. Marx, *O Capital*, 1980 p. 221n. Há também em Marx grande influência de John Elliott Cairnes (Ibidem, pp. 302, 381), inclusive quanto à ideia, rechaçada por Fogel e Engerman, sobre a criação de escravos para a venda.

163 Fogel & Engerman, op. cit. pp. 144, 149.

164 Ibidem p. 186.

165 Ibidem p. 136.

ideologia entronizada no século XX passa a ter status científico, porém conservando os traços racistas herdados da interpretação histórica tradicional:

“La reacción en contra del racismo, que coincidió con la segunda guerra mundial, no condujo a rechazar la descripción racista de la historia negra, sino a eliminar algunos de sus rasgos más groseros. De ahí derivó una sutil refundición de la interpretación tradicional que siguió considerando a los negros como un pueblo privado de oportunidades de desarrollo cultural, intelectual, social y personal durante doscientos cincuenta años. [...] En lugar de una justificación biológica ya desacreditada, se entronizó una respetable y aceptable justificación sociológica”¹⁶⁶.

Embora mais disfarçadamente, e com mais ares científicos, o século XX construiu um ideário que transpunha a comparação entre os sistemas econômicos mundiais a uma comparação entre povos e raças. Nesse arranjo conceitual, o “subdesenvolvimento” era explicado por razões culturais, atribuindo aos negros africanos não o papel de vítima, mas de réus diante das mazelas e violências das sociedades colonizadas. Atribuir ao negro, como ao indígena, bases da força de trabalho nas Américas, a inaptidão e indolência, exaltando o empenho e retidão dos europeus protestantes é, claramente uma operação ideológica para a qual, como salienta Fogel e Engerman, não há base empírica¹⁶⁷. Para eles, a persistência, na historiografia estadunidense, do mito da incompetência negra, não poderia ser explicada senão pela via do racismo¹⁶⁸.

Com base em extenso número de documentos históricos e processando-os com uma análise cliométrica, Fogel e Engerman põem por terra argumentos utilizados pela interpretação tradicional do escravismo americano, que segundo eles operavam uma verdadeira desvirtuação da história dos negros¹⁶⁹.

A principal questão que ganha o foco das análises de Fogel e Engerman¹⁷⁰ trata-se da eficiência econômica do trabalho escravo, ou seja, sua produtividade. As especificidades do trabalho escravo, no entanto, complexificam este cálculo econômico, tonando necessário algumas considerações prévias¹⁷¹.

166 Fogel & Engerman, op. cit. p. 219-20

167 Ibidem p. 231

168 Ibidem pp. 117, 190

169 Ibidem p. 219

170 Outras questões que ganham uma atenção menor dos autores refere-se ao mito da subnutrição dos escravos (ibidem p. 94) e ao das grandes senzalas: “la casa unifamiliar y no el dormitorio colectivo era la forma de vivienda casi universal en las grandes plantaciones” (ibidem p. 109).

171 Deteremo-nos a seguir em aspectos gerais sobre o funcionamento econômico da propriedade escrava.

Como assinala Sidney Mintz¹⁷², parte do trabalho realizado pelo escravo, que aparece como trabalho realizado para o senhor, é, na verdade, o trabalho necessário para a manutenção e reprodução do escravo. Na América do Sul e no Caribe, a se considerar a baixa expectativa de vida dos escravos, mesmo parte do trabalho necessário para a continuidade da vida do trabalhador era dele extraída. A morte prematura levava a uma reposição da mão-de-obra por novos escravos trazidos da África e cujos preços eram definidos pelo custo de captura, escravização e traslado, o que deveria implicar, necessariamente, em um valor menor que o real custo da reprodução. Na lógica do senhor de escravos, era mais vantajoso repôr a força de trabalho, com um custo mais baixo que seu custo social, do que proporcionar os meios para a perpetuação da escravaria (não só um maior tempo de vida dos escravos, como também a sua reprodução natural, só possível a partir de uma vida minimamente salubre).

Com o fim do tráfico negreiro decretado pelos Estados Unidos em 1808, aos proprietários de escravos do país não restava outra maneira de manutenção do regime escravista de produção senão pela manutenção e reprodução dos escravos existentes. Então, é de se esperar que o preço do escravo tendia a se aproximar de seu custo social. Ao mesmo tempo, parte dos lucros gerados na América do Sul e Caribe com a sobre-exploração da força de trabalho eram anulados pela necessidade de compras de novos escravos importados e é possível que, em termos monetários, a distinção entre os dois regimes fosse apenas na lógica a curto ou a longo prazo, isto é, que o lucro maior gerado pela sobre-exploração fosse relativamente pequeno ou irrelevante se comparado a uma exploração “mais racionalizada” dos escravos, como nos Estados Unidos.

Ao tempo em que nos países escravistas, em geral, considerava-se o custo de aquisição dos escravos, nos Estados Unidos, sem o tráfico atlântico e com uma alta taxa de reprodução natural, torna-se possível calcular o custo social do escravo, ou seja, quanto de trabalho era necessário para formar um escravo apto ao trabalho, desde o seu nascimento. Devemos considerar ainda a alta taxa de mortalidade à época, que afligia tanto homens livres como escravos. Dos escravos, segundo Fogel e Engerman, 40% morriam antes de completar 19 anos¹⁷³. Além da morte desses que morriam antes de se

Para detalhes técnicos sobre a fórmula do cálculo utilizado por Fogel e Engerman, bem como a defesa desses autores frente às críticas recebidas após a publicação de *Tiempo en la Cruz*, ver bibliografia.

172 Mintz, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. In: Mintz, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. 2003, pp. 117-145.

173 Fogel & Engerman, op. cit. p. 132

alcançar sua plena capacidade produtiva, deve-se considerar os custos de criação da criança escrava, descontados ainda os custos para as necessidades básicas para a continuidade da vida dos escravos adultos. O cálculo de Fogel e Engerman conclui entre 26 ou 27 anos a idade em que o escravo cobria os custos de sua criação¹⁷⁴. Esse tempo relativamente longo, somado à baixa expectativa de vida dos escravos caribenhos e brasileiros e o baixo preço dos escravos importados serviram como desestímulo aos senhores dessas regiões em incentivar a reprodução natural, embora ela também ocorresse¹⁷⁵. Vera Ferlini¹⁷⁶ nos apresenta um cálculo assemelhado, porém embasado na indústria do engenho no Brasil, e que demonstra a diferença em um regime escravista baseado no tráfico negreiro:

“Considerando-se que um plantel de 110 escravos processava uma tarefa diária de cana¹⁷⁷, gerando cerca de 30 formas de açúcar, ao final da safra o engenho retinha, para si, 4.500 arrobas de açúcar. Ao preço médio de 1.000 réis a arroba, cada escravo produzia, com seu trabalho, um valor anual de 40.000 réis. Estimando-se o custo da manutenção de cada negro em 4.000 réis anuais, ao final de oito anos de vida útil (vida média dos escravos na produção do açúcar), cada negro representava um desembolso de 80.000 réis (44.000 pela compra e 36.000 pela manutenção). Nesse mesmo período, teria gerado por seu trabalho um valor de cerca de 320.000 réis. [...] Em termos absolutos, cada escravo engajado na produção de açúcar repunha o investimento inicial (de 44.000 réis), após 14 meses de trabalho”¹⁷⁸.

Uma característica que interfere radicalmente no cálculo sobre a eficiência econômica da escravidão é o emprego dos escravos durante todo o ciclo vital¹⁷⁹. Desde tenra idade trabalhava a criança escrava, seja fazendo tarefas simples ou auxiliando os adultos. Havia também um uso mais intensivo do trabalho feminino e dos idosos que aquele observado entre os trabalhadores livres, calculando Fogel e Engerman que cerca

174 Fogel & Engerman, op. cit. p. 131. Os senhores de escravos estadunidenses pareciam ter uma noção aproximada desta idade para o retorno do investimento, como aluz o processo de emancipação da Pensilvânia que, à semelhança (mas sem o cinismo exagerado) da lei do sexagenário no Brasil, libertava os escravos que completassem 28 anos (ibidem p. 28).

175 Ibidem p. 133. Sobre a família escrava no Brasil, cf. Slenes, Robert w. *Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*. 2000.

176 Ferlini, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII*. 1988.

177 “uma tarefa correspondia à quantidade moída por um engenho em 24 horas, cerca de 40 carros de cana, ou uma área cultivada de 30 braços em quadro, o que corresponde a cerca de 4.356m²” (Ferlini, op. cit. p.33).

178 Ibidem pp. 60-1.

179 Fogel & Engerman, op. cit. p. 64.

de 67% dos escravos faziam parte da população ativa, índice bem superior ao da população livre à época¹⁸⁰. É provável que esse percentual fosse ainda maior nos outros países escravistas do continente, a se considerar a quantidade menor de crianças e idosos.

O cálculo sobre a taxa de rendimento do investimento em escravos deriva da sugestão do principal representante da interpretação histórica tradicional, Ulrich Phillips, que tomou forma concreta por Alfred H. Conrad e John R. Meyer. Aperfeiçoando as fórmulas utilizadas pela inserção de novas variáveis e contando com uma base documental mais extensa, Fogel e Engerman, chegam ao cálculo de que as fazendas escravistas davam um retorno de 12% sobre o investimento feito em escravos¹⁸¹.

Surpreendentemente, Fragoso e Florentino chegam ao mesmo número, analisando as terras brasileiras, e comparam com rendimentos de outros investimentos usuais na colônia:

“o retorno líquido de uma *plantation* podia chegar a um máximo de 12% ao ano, girando em média entre 5% e 10%. Os aluguéis urbanos, por sua vez, analisados pelas prestações de contas em inventários *post-mortem* das décadas de 1810 e 1820, podiam alcançar 10% anuais sobre o capital investido (descontada a manutenção dos prédios). O tráfico de africanos, por sua vez, alcançava na década de 1810 uma lucratividade média de 19% por expedição. Cabe lembrar que essas diferenças relativas se tornam mais expressivas quando consideradas em termos absolutos. Assim, enquanto o retorno de um engenho real com cerca de sessenta escravos podia chegar, em bons anos da década de 1800, a dois contos de réis, o de uma única expedição negreira, em 1812, podia alcançar pouco mais de sete contos de réis”¹⁸².

À época, tal como hoje em dia, o rendimento variava de acordo com o volume de recursos e o risco envolvido. Ainda assim, trata-se de uma considerável taxa de retorno. Em pouco mais de 20 anos, em média, o proprietário de escravos multiplicava em 10 vezes o seu investimento inicial.

O cálculo sobre essa taxa de rendimento assume implicações muito maiores para Fogel e Engerman do que para Fragoso e Florentino e conduzem aqueles a

180 Fogel & Engerman, op. cit. p. 187.

181 Ibidem p. 131.

182 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 231.

conclusões diametralmente opostas às desses:

“La demostración de que una inversión en esclavos era sumamente rentable no sólo socava el argumento del consumo ostentoso, sino que también pone en duda el supuesto de que los propietarios de esclavos del Sur constituían una clase ‘no comercial’ y ‘precapitalista’”¹⁸³.

A afirmação de que o escravismo não era um sistema irracional do ponto de vista econômico parece uma obviedade, a se considerar a exploração que havia e os grandes empreendimentos realizados, mas não o é para aquela historiografia que se utilizava da suposta ineficiência do escravismo como argumento retórico, como apontado no início deste capítulo.

Fogel e Engerman vão mais além e comparam a eficiência econômica do Sul escravagista com a do Norte com mão-de-obra livre, e também com o Sul com trabalho livre. Para eles, o escravismo demonstrava uma produtividade superior a essas outras formas econômicas:

“en promedio, una explotación agrícola del Sur que usara una determinada cantidad de trabajo, tierra y capital podía producir cerca de uns 35 por 100 más que una explotación o grupo de explotaciones agrícolas del Norte que usaran la misma cantidad de estos factores. [...] las explotaciones agrícolas del Sur que empleaban esclavos eran un 28 por 100 más eficaces que las que utilizaban mano de obra libre”¹⁸⁴.

Parte dessa produtividade maior era devida às economias de escalas possibilitada pelo trabalho escravo, já que não se observava à época grandes plantações com trabalho assalariado, ou associações de pequenas propriedades em grandes empresas para aproveitar os benefícios da produção em escala¹⁸⁵. As grandes fazendas escravistas também apresentavam uma grande divisão e especialização do trabalho¹⁸⁶. Na produção algodoeira, os autores citam uma lista parcial composta por “conductores, aradores, azadoneros, gradeadores, sembradores, cubridores, clasificadores, demotadores, empaquetadores, lecheras, encargados de almacenes, carpinteros, herreros, nodrizas y cocineras”¹⁸⁷.

Segundo a dupla,

183 Fogel & Engerman, op. cit. p. 60.

184 Ibidem p. 164.

185 Ibidem p. 166.

186 Ibidem p. 173.

187 Ibidem p. 174.

“es falsa la creencia común de que todos los esclavos eran simples peones. Más que una masa indiferenciada, la sociedad esclavista producía una compleja jerarquía social íntimamente relacionada con la pirámide ocupacional. De esta clase de trabajadores especializados surgieron muchos de los líderes de la comunidad esclava”¹⁸⁸.

Tal característica também pode ser transposta para o escravismo brasileiro. Conforme nos apresenta Ferlini,

“Até o século XVIII, a produção de açúcar nas colônias americanas foi a atividade mais complexa e mecanizadas conhecida pelos europeus. A necessidade da produção em larga escala organizou o trabalho, nas unidades açucareiras, dentro de um rígido espírito de ordem, hierarquia, sequência e disciplina. Visto desse ângulo, constituiu-se caracteristicamente, em manufatura moderna. [...] O processo de produção do açúcar compreendia tarefas sequenciais na moenda, na cozinha, na casa de purgar e no setor de secagem e caixotaria. Nas moendas trabalhava o feitor-pequeno e o levadeiro, mais sete ou oito escravos por turno. Na cozinha estavam o mestre de açúcar, o banqueiro, dois caldeireiros de melar, um caldeireiro de escumar e 14 escravos por turno. No trabalho da noite, as funções do mestre de açúcar era exercidas pelo sotobanqueiro. A casa de purgar contava com o trabalho de um purgador e cinco escravos, apenas no período diurno. A secagem, pesagem e encaixotamento requeriam um caixeiro e dezenove escravos, também em turno único”¹⁸⁹.

Outros autores chegam a contabilizar mais de 26 ocupações distintas no engenho de açúcar, o que demonstra o grau de especialização de tarefas nessa fábrica escravista¹⁹⁰.

Fogel e Engerman ressaltam que a produção algodoeira estadunidense constituía um trabalho organizado e coordenado, envolvendo inúmeros trabalhadores parciais e especializados em uma produção em grande escala, apresentando um “constante e intenso ritmo de trabajo”¹⁹¹ e se assemelhando à moderna linha de montagem¹⁹². Segundo eles, os senhores de escravos utilizavam de vários métodos e controles visando a otimização da mão-se-obra empregada na produção:

188 Fogel & Engerman, op. cit. p. 34.

189 Ferlini, op. cit. pp. 46, 50

190 Informação dada por Douglas Cole Libby, em classe. Não foi possível localizar a bibliografia que aponta essa informação.

191 Fogel & Engerman, op. cit. p. 175.

192 Ibidem p. 178.

“Así como las grandes plantaciones fueron las primeras empresas comerciales científicamente dirigidas y los plantadores el primer grupo que abordó la dirección científica y en gran esvala del personal, así también los esclavos negros fueron el primer grupo de trabajadores expertos en los ritmos de trabajo que serían luego característicos de la sociedad industrial”¹⁹³.

Nesse sentido, apesar do uso do trabalho compulsório, o Sul estadunidense não se constituía um sistema retrógrado em termos de eficiência econômica, pelo contrário, organizava-se uma produção em série em uma época que faltava aos trabalhadores livres a disciplina e a subordinação para se sujeitarem a tal regime de produção. Os senhores de escravos, tal qual o capitalista das época vindouras, procurava extrair o máximo de produtividade dos fatores empregados:

“allí se desarrolló una forma de agricultura altamente capitalista y su comportamiento económico estuvo tan fuertemente orientado hacia la maximización de los beneficios como el del Norte”¹⁹⁴.

Tal argumento, como ressaltado ao longo de *Tiempo en la Cruz*, não é uma defesa do sistema escravista, mas sim a correção de uma inverdade histórica que era utilizada para degradação do trabalho do negro. É-nos, portanto, apresentada

“la desagradable posibilidad de que un sistema político atrasado, un sistema social novico y un sistema moral rechazable pudiera ser sin embargo un sistema económico vigoroso, profundamente arraigado y en rápido crecimiento”¹⁹⁵.

Contestando a visão de um Norte capitalista e próspero e um Sul atrasado e decadente, Fogel e Engerman buscam compara o Sul estadunidense com outros países europeus à época:

“Lejos de estar agobiado por la pobreza, el Sur era muy rico según los patrones de la época. Si tratamos al Norte y al Sur como naciones separadas y los comparamos con otros países del mundo, el Sur figuraría como la cuarta nación más rica del mundo en 1860. El Sur era más rico que Francia, Alemania y Dinamarca, más rico que cualquier país de Europa a excepción de Inglaterra”¹⁹⁶.

193 Fogel & Engerman, op. cit. p. 178

194 Ibidem p. 111

195 Ibidem p. 243. Às vésperas da Guerra Civil, entre 1840 e 1860, a economia sulista crescia a uma média de 1,7% ao ano (Fogel & Engerman, op. cit. p. 211), uma taxa alta para o período pré-II Guerra Mundial.

196 Ibidem p. 212

As análises de Fragoso e Florentino sobre a concentração da renda e os processos de diferenciação social no Brasil escravista podem também nos servir para iluminar a sociedade escravista estadunidense. A riqueza no Sul dos EUA estava concentrada em uma pequena parcela branca da sociedade, e certamente o fato de ser uma região próspera não implica de forma alguma no bem-estar de sua população.

Longe de querer redimir um sistema econômico perverso, baseado na violência e na escravidão, esses argumentos devem colocar em xeque concepções que vêem o sistema de mercado como diretamente relacionado ao desenvolvimento sócio-econômico da sociedade, e o liberalismo político como indissociável do liberalismo econômico. A tese apresentada por Fogel e Engerman, pelo contrário, mostra na compatibilidade entre escravismo, industrialismo e capitalismo, a falta de escrúpulos que esses sistemas apresentam.

CAPÍTULO 4 - ESCRAVISMO E CAPITALISMO

SEÇÃO 1 - AS MÁQUINAS E O CAPITALISMO

A divergência que emerge por meio da comparação entre as duas obras, referente à tratar-se o escravismo americano uma economia de caráter arcaico ou moderno, possui suas raízes na própria matriz teórica da qual bebem os respectivos autores, o marxismo. Para melhor compreendermos a disputa de ideias e a posição que adota cada livro, temos de regressarmos às perspectivas apresentadas por Marx, especialmente em *O Capital*. Há, por assim dizer, duas maneiras de se ler esta obra.

Apresentaremos primeiramente a interpretação mais usual, cuja aplicação está exemplificada em *Arcaísmo como projeto*. Essa interpretação da teoria marxiana está assentada na divisão operada no livro *O Capital* entre a manufatura e a indústria moderna, nos capítulos XII e XIII do livro primeiro.

O capitalismo, para Marx, tem início no século XVI, a partir da expansão europeia: “O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital”¹⁹⁷.

197 Marx, op. cit. p. 165.

A expansão ultramarina dos povos europeus inaugurou um novo ordenamento mundial sob o signo da exploração e da acumulação. Como reconhece Marx, a história da ascensão do capital e do colonialismo estão estreitamente entrelaçadas:

“O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento, nas minas, da população aborígine, a incipiente conquista e o saque das Índias Orientais, a transformação da África em um couro reservado para a caça comercial de peles negras, caracterizam o alvorecer da produção capitalista”¹⁹⁸.

Devemos, porém, ponderar sobre a possibilidade de definição de um início absoluto do sistema econômico capitalista, já que as divisões de períodos históricos são operadas em um fluxo contínuo de tempo e de processos. Mesmo quando há rupturas, alguns acontecimentos, dotados de maior caráter simbólico, são alçados socialmente a uma posição de importância para que se delineiem as separações da história em fases e períodos. Nas palavras de Marx,

“como ocorre com as eras geológicas, não existem linhas de demarcação rigorosas separando as diversas épocas da história da sociedade”¹⁹⁹.

Se os processos históricos acontecem como resultado de um feixe de acontecimentos, dificultando a delimitação de um começo e mesmo daqueles mais determinantes, as revoluções sócio-econômicas apresentam uma complexidade ainda maior pela mutabilidade das relações sociais durante seu desenrolar, conforme explicado pelo autor:

“a revolução do modo social de produção, produto necessário da transformação dos meios de produção, realiza-se através de uma desordem multifária de formas transitórias”²⁰⁰.

Parece-nos plausível e satisfatório, neste momento de análise, considerarmos o escravismo como uma dessas formas transitórias, anteriores portanto à plena consolidação do capitalismo e à configuração da ordem mundial baseada nesse sistema econômico.

Marx divide o período histórico entre os séculos XVI e XIX em duas fases:

198 Marx, Karl & Engels, Friedrich. (1982) *Contribuição para uma História da América Latina*. 1982 p. 24.

199 Marx, op. cit. p. 424

200 Marx, op. cit. p. 542

o “período manufatureiro propriamente dito, que, a grosso modo, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII²⁰¹; e o período caracterizado pela indústria moderna, que segue àquele²⁰² e perdura até os dias de hoje²⁰³.

A diferença entre os dois períodos é um ponto crítico para Marx, pois o primeiro trata-se da formação e preparação da lógica capitalística, enquanto o segundo apresenta-a já plenamente consolidada e desenvolvida. A manufatura apresenta uma produção em grande escala e assim, a partir da artesanaria, desenvolve a divisão técnica do trabalho. Porém, com o desenvolvimento das ciências e a transformação da ferramenta em máquina, o processo de trabalho passa por uma transformação radical, ao inverter as posições de poder na relação do trabalhador com seu instrumental de trabalho:

“Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles”²⁰⁴.

A produção mecanizada da indústria moderna é a que melhor caracteriza o processo produtivo no capitalismo e faz da Inglaterra, o “país das máquinas”²⁰⁵, e “terra natal da grande indústria”²⁰⁶ a “representante clássica da produção capitalista”²⁰⁷.

Nessa forma de entendimento, o sistema colonial e o mercado mundial dele resultante seriam condições que teriam dado impulso à consolidação da indústria moderna²⁰⁸.

Uma vez tendo-se iniciada a produção capitalista baseada no uso intensivo de maquinário e processos autômatos, a manufatura teria cumprido sua função histórica e, como processo produtivo ultrapassado, estaria fadada a um fim inevitável. Tal

201 Marx, op. cit. p. 386

202 Ibidem p. 316

203 Não entrarei aqui na discussão sobre pós-modernidade e outras adjetivações para um período mais recente do capitalismo, por não ser o tema desta dissertação. Consideraremos, para todos os fins, que o atual sistema econômico, em que pese suas alterações no decorrer do tempo, segue sendo um sistema de mercado baseado na grande indústria.

204 Ibidem p. 483

205 Ibidem p. 449

206 Ibidem p. 341

207 Ibidem p. 271n

208 Ibidem p. 405

inexorabilidade, que certas vezes aparece ao longo dos escritos de Marx e Engels²⁰⁹, é apresentada em uma analogia entre a expansão do capitalismo e a do colonialismo:

“Quando a produção mecanizada se estende num ramo às custas do artesanato tradicional e da manufatura, sua vitória é tão certa quanto a de um exército equipado com armas de fogo em luta contra índios armados com arco e flecha”²¹⁰.

Em outra passagem, utiliza-se de uma citação de John Wade para equiparar a voracidade do capitalista na busca de lucro com as crueldades dos espanhóis contra os ameríndios²¹¹. Não se trataria, porém, de uma imposição bélica, mas do desequilíbrio provocado pela produção mecanizada em um sistema de concorrência:

“o capital ultrapassa em energia, em descomedimento e eficácia todos os sistemas de produção anteriores fundamentados sobre o trabalho compulsório direto”²¹².

A maior eficiência e produtividade da produção industrial, em um sistema de mercado, condenaria as outras formas de produção (especialmente as escravistas) à extinção, mas não sem antes levá-las a um longo período de penúria, durante o qual são compelidas à sacrificarem os trabalhadores para fazerem frente à concorrência do produto industrializado. Tal movimento é comum tanto ao mundo colonial quanto ao metropolitano, como sugerem as passagens a seguir:

“A História não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses [...]. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram por longos anos com suas famílias, com uma renda de 2 ½ pence por dia”.

Marx desconfia, porém, que poderia haver acontecimento histórico mais assombroso que aquele assistido na Europa, compartilhando com esse, porém, a mesmo princípio causador:

209 Talvez mais nas ideias de Engels que nas de Marx. No entanto, certas passagens do *Capital* induz a que se pense que se tratava de aspecto comum ao pensamento de ambos: “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (Marx, op. cit. p. 5 – Prefácio da 1ª edição). “[Uma sociedade não pode] suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu pleno desenvolvimento. Mas, ela pode encurtar e reduzir as dores do parto” (Marx, op. cit. p. 6 – Prefácio da 1ª edição). Vale salientar que o marxismo vulgar, que não passa das orelhas e dos prefácios dos livros, se apega a tais passagens com avidez ferrenha.

210 Marx, op. cit. p. 516. Tal figura de linguagem, de armas de fogo combatendo contra arcos e flechas, é historicamente incorreta. Enquanto nas Américas do Sul e Central os europeus utilizavam de povos rivais para as guerras contra os indígenas, utilizando-se, portanto, os dois lados basicamente as mesmas armas, na América do Norte, poucos séculos depois, os indígenas se apropriaram dos rifles para resistirem à marcha para o oeste.

211 Ibidem p. 275)

212 Ibidem p. 354)

“Por outro lado, foram agudos os efeitos da maquinaria da indústria têxtil algodoeira na Índia. O governador-geral em 1834/35 constatava: ‘A miséria encontrará dificilmente um paralelo na história do comércio. Os ossos dos tecelões de algodão branqueiam as planícies da Índia’”²¹³.

O horizonte de ossos de indianos é sem dúvida uma visão mais trágica que a paisagem de famintos ingleses, mas ambos os acontecimentos ilustram os efeitos sócio-econômicos causados pela produção capitalista quando concorre com a manufatura, levando os artesãos a um trabalho até a exaustão na vã tentativa de compensar a menor produtividade relativa. A identificação da escravidão com a manufatura, no entanto, conduz Marx a adotar uma posição teoricamente frágil sobre o papel das Américas no mercado mundial:

“quando povos cuja produção se encontra nos estágios inferiores da escravatura, da corvéia etc., entram num mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda de seus produtos ao exterior o interesse dominante, sobrepõem-se aos horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. a crueldade civilizada do trabalho em excesso. O trabalho dos negros nos estados meridionais da América do Norte preservava certo caráter patriarcal enquanto a produção se destinava principalmente à satisfação direta das necessidades. Na medida porém em que a exportação de algodão se tornou interesse vital daqueles estados, o trabalho em excesso dos pretos e o consumo de sua vida em 7 anos de trabalho tornaram-se partes integrantes de um sistema friamente calculado. Não se tratava mais de obter deles certa quantidade de produtos úteis. O objetivo passou a ser a produção da própria mais valia”²¹⁴.

Revela-se nesta passagem uma grande incompreensão de Marx sobre as sociedades americanas, destacando-se 3 concepções errôneas. 1) Entende-se que a escravidão seria um sistema econômico característico de um povo bárbaro, entendido tanto como estrangeiro como rude, em estágio inferior de produção, não percebendo tal economia como fruto da interação de diferentes povos, ressaltando-se o espírito dominador europeu. 2) As sociedades americanas escravistas não entram num mercado mundial já constituído, dominado pelo capitalismo; pelo contrário, são elas que formaram e constituíram esse mercado, que portanto, não poderia ser dominado pelo

213 Marx, op. cit. p. 494.

214 Ibidem p. 266.

modo capitalista de produção. Por último, temos 3) que a escravidão negra nas Américas não foi nunca, tampouco em seu início, voltada à subsistência, residindo aí, talvez, a diferença entre a escravidão na África e a ocorrida na América. Tais erros, oriundos de uma tentativa de generalização ou de abstração irrazoável, e provavelmente também de desinformação sobre a realidade escravista nas Américas, não deve obscurecer dois acertos que se encontram nessa mesma passagem: sobre a crueldade acentuada desses regimes de opressão e principalmente, sobre sua orientação à produção de mais valia, com o que se aproxima grandemente do capitalismo tal qual descrito pelo autor.

Os erros apontados em Marx talvez sejam derivados da grande influência exercida sobre ele das ideias de Cairnes²¹⁵, que apresentava uma visão pejorativa do trabalho escravo como mais rude e inapto. Na passagem deste autor, citada por Marx, ressalta-se a semelhança com as teses apresentadas acima:

“A agricultura das Índias Ocidentais, há séculos fonte de riquezas fabulosas, tem sacrificado milhões da raça africana. É em Cuba, cujas rendas se contam por milhões e cujos senhores são verdadeiros nababos, que atualmente vemos a classe dos escravos ser mais maltratada, alimentada da maneira mais grosseira, sujeita aos trabalhos mais penosos, mais esgotantes, sem interrupções, sendo parte dela diretamente destruída cada ano pela tortura lenta da estafa e da privação do sono e do repouso”²¹⁶.

Evitemos, no entanto, uma visão sequencial dos períodos históricos, muito propalada pelo marxismo vulgar, por não se tratar da única interpretação possível a partir dos textos do autor. Em outros momentos, as Américas aparecem dentro de uma relação de complementaridade entre distintas formas de produção, tendo a forma industrial preponderância sobre as demais, com o que serve-se delas para aumento do seu lucro:

“o barateamento dos produtos feitos à máquina e a revolução nos meios de transporte e comunicação servem de armas para a conquista de mercados estrangeiros. Arruinando com seus produtos o artesanato de países estrangeiros, a produção mecanizada transforma necessariamente esses países em campos de produção de suas matérias-primas. Assim, a Índia foi compelida a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha. Tornando constantemente supérflua uma parte dos

215 Marx, op. cit. pp. 302, 381.

216 Ibidem p. 302.

trabalhadores, a indústria moderna nos países em que está radicada, estimula e incita a emigração para países estrangeiros e sua colonização, que se convertem assim em colônias fornecedoras de matérias-primas para a mãe pátria, como a Austrália, por exemplo, que produz lã. Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produção predominantemente agrícola, destinada à outra parte primordialmente industrial”²¹⁷.

Nessa concepção, que antecipa os argumentos propalados pelas teorias neocoloniais, o escravismo estaria a serviço da produção capitalista, mas em posição subordinada, replicando no âmbito econômico a subalternidade política. Dessa maneira, a indústria moderna seria beneficiada pelo escravismo, ao dispor de matérias-primas de baixo custo:

“o rápido progresso da fiação de algodão incentivou fortemente a plantação de algodão dos Estados Unidos e com ela [...] o tráfico de escravos africanos”²¹⁸. O desenvolvimento da produção industrial fomentaria o escravismo para o suprimento de insumos, detendo em suas mãos o controle do funcionamento da economia mundial:

“o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos é um produto da moderna indústria europeia, especialmente da inglesa. Em seu estágio atual (1866), devem ser considerados ainda um país colonial em relação à Europa”²¹⁹.

O capitalismo não se estruturaria, portanto, de forma autônoma, antes congregando ao redor de si inúmeras outras formas produtivas, que apresentam por sua vez diversas formas de controle do trabalho. Estas relações de complementaridade colocam em xeque o que havia se afirmado anteriormente sobre estar no território anglo-saxão o exemplo clássico da produção industrial, já que esta possui, desde o início, um caráter mundial. Outrossim, as indústrias inglesas de tecelagem, exaustivamente usadas como exemplo no texto marxiano para explicar a produção capitalista, devido ao uso intensivo de maquinário, utilizavam o algodão produzido pelo braço escravo nos Estados Unidos. O escravismo estadunidense não era tão-somente uma forma econômica subalternizada nas relações políticas e comerciais internacionais, mas era parte constitutiva do desenvolvimento capitalista inglês.

217 Marx, op. cit. p. 517.

218 Ibidem p. 509.

219 Ibidem p. 518.

Tal compreensão apresenta, assim, diferenças em relação a uma simplória hierarquização dos sistemas econômicos, embora dela não se distancie tanto. Ainda que o sistema industrial apresente-se como um sistema econômico dotado de um dinamismo próprio, ele se apropria, por assim dizer, de outras formas de organização econômica, colocando-as a seu serviço na busca incessante pelo aumento da riqueza.

A conexão existente entre as economias coloniais americanas e as economias européias, não se restringe à construção das condições de emergência do capitalismo, como também se mostra presente diretamente no encadeamento dos processos econômicos:

“A escravidão direta é o fundamento do nosso industrialismo atual, tanto como as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão não teríamos o algodão, sem algodão não teríamos indústria moderna. É a escravidão que deu valor às colônias; são as colônias que criaram o comércio mundial; é o comércio mundial que constitui a condição necessária da grande indústria mecanizada”²²⁰.

A escravidão negra no novo mundo, mais do que simples apêndice, foi central para a emergência da indústria moderna. Marx tinha plena consciência de que, se os teares ingleses eram movidos pelas máquinas a vapor, o algodão que as alimentava era produzido por mão-de-obra escrava. Em outra passagem, naturaliza essa relação entre o trabalho escravo negro e a produção algodoeira:

“Antes de Eli Whitney inventar a descaroçadora de algodão, a separação de uma libra-peso de algodão de semente custava, em média, uma jornada de trabalho. Com sua invenção, podia uma *negra* produzir num dia 100 libras-peso de algodão...”²²¹.

Há nessa passagem, além da referência a uma divisão racial e sexual do trabalho, a comprovação de que a maquinaria também era aplicada no contexto escravocrata, diluindo as marcas distintivas usadas para diferenciar a manufatura escravista da indústria moderna. A máquina, símbolo maior do capitalismo, era, em certos nichos produtivos escravistas, amplamente empregada.

A força de trabalho dos escravos, apesar de comprada abaixo de seu valor real ou social, não levava, como muitas vezes se supõe, ao baixo emprego da ciência e da tecnologia, e os avanços tecnológicos observados no período comprovam essa assertiva. As penosas condições da classe trabalhadora inglesa nos séculos XVIII e XIX muitas

220 Marx & Engels, op. cit. p. 66.

221 Marx, op. cit. p. 446. Grifos nossos.

vezes faziam, pelo contrário, que a maquinaria fosse empregada nos territórios escravistas, e não naqueles onde predominava o trabalho livre, como assegura Marx:

“Os ianques inventaram as máquinas britadoras. Os ingleses não as aplicam pois o pagamento recebido pelo desgraçado [...] que realiza esse trabalho corresponde a uma parte tão ínfima de seu trabalho, que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista”²²².

O autor de *O Capital*, nas várias referências que faz às minas de ouro e prata das Américas²²³ também oferece depoimentos que comprovam o uso intensivo de maquinaria e tecnologias modernas:

“a extração de prata em grande escala e o preço reduzido tornou-se possível com a descoberta a oeste das Montanhas Rochosas, nos Estados Unidos, de imensas jazidas, e com a abertura destas e das minas de prata mexicanas ao tráfego por via férrea que as abastece de maquinaria moderna e de combustível”²²⁴.

Fogel e Engerman também afirmam que os Estados Unidos escravista apresentava grandes investimentos em estradas de ferro, em maquinário e implementos agrícolas²²⁵.

Tais fatos questionam a validade da assertiva de tratar-se o escravismo um sistema subsidiário ou subordinado à economia capitalista, na medida em que foi contemporâneo da indústria moderna e se utilizava de suas técnicas e máquinas. Isso nos leva a repensar certa interpretação marxista que entende o escravismo sob o signo do atraso e do anacronismo em relação ao capitalismo que emergiu na Europa no século XVIII.

Não confrontamos, no entanto, ainda, todos os argumentos que embasam essa interpretação. Um dos alicerces principais que dão certa fundamentação a tais ideias trata-se de um segundo elemento distintivo do capitalismo, além das máquinas: o trabalhador livre.

222 Marx, op. cit. p. 449.

223 Ibidem pp. 102n, 131, 139n, 145.

224 Ibidem p. 158n.

225 Fogel & Engerman, op. cit. pp. 216-7.

SEÇÃO 2 - TRABALHO LIVRE E CAPITALISMO

Um dos axiomas com que trabalha Marx está na relação entre o trabalho assalariado e o sistema de mercado. O trabalhador livre é tido como pressuposto da produção capitalista, isto é, como seu elemento característico.

“Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo a sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade”²²⁶.

Tal ênfase continua na nota explicativa do parágrafo:

“O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho”²²⁷.

O trabalho assalariado, diferentemente do dinheiro, que “é comum a diversas formações econômico-sociais”²²⁸, seria algo específico do capitalismo.

Marx se esforça para explicar por quê a força de trabalho assumiria a forma mercadoria somente como trabalho assalariado, e não na forma da escravidão:

“a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro o comprador, sendo ambos juridicamente iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria”²²⁹.

Nesta passagem intrigante e obscura, é apresentada uma contraposição entre o escravo e o trabalhador livre, sendo este último, e somente ele, identificado com a forma

226 Marx, op. cit. p. 190.

227 Ibidem p. 190n.

228 Ibidem p. 190.

229 Ibidem pp. 187-8.

capitalista de produção.

Contra Marx, podemos dizer que os escravos eram, eles mesmos, mercadorias, mas somente o eram por personificarem a força de trabalho. Outrossim, seus preços eram definidos de acordo com suas capacidades de trabalho, e portanto variavam de acordo com idade, sexo, porte físico, saúde, etc. Seu valor-de-uso como mercadoria, tal qual ocorre com o assalariado, era a sua força de trabalho. Poder-se-ia argumentar que há uma grande diferença no que tange à duração da relação de subordinação: enquanto o trabalhador livre é vinculado ao empregador por contratos de duração definida, renovados periodicamente, o escravo é vendido por todo o período de vida que lhe resta, e que mudanças quantitativas também implicam em mudanças qualitativas. Trata-se, claro está, de regimes claramente distintos, mas é de se perguntar se também distintos seriam os sistemas econômicos. Uma prática que embaralha tais distinções está no aluguel de escravos nos territórios estadunidenses escravistas, por dias, semanas ou meses, e é possível que tais práticas também existissem em outros países, especialmente nas áreas de maior concentração de cativos.

Fogel e Engerman nos apresentam o mercado de aluguel de escravos como ativos e usuais no sul dos Estados Unidos:

“Los individuos que deseaban emplear mano de obra esclava durante breves lapsos podían hacerlo acudiendo al mercado de aquiler o arriendo. Como en el caso de otros bienes duraderos y caros, existía un mercado de alquiler de esclavos extremadamente activo”²³⁰.

E continuam:

“El sistema de alquiler no fue un rasgo secundario o intrascendente de la esclavitud. A través del examen de los datos de los inventarios manuscritos del censo de los Estados Unidos, se há podido establecer que cerca del 31 por 100 de los trabajadores urbanos esclavos estaban en alquiler en 1860. En algunas ciudades como Richmond, la proporción superaba el 50 por 100. La proporción del arriendo de esclavos en las zonas rurales era menor, generalmente cerca del 6 por 100”²³¹.

Percebe-se assim que dificilmente se pode contestar que a forma mercadoria da força de trabalho foi desenvolvida no escravismo, tendo como símbolo maior o tráfico negreiro e os mercados de escravos, formações sociais que sofreram alterações

230 Fogel & Engerman, op. cit. p. 45

231 Ibidem p. 48

posteriores até chegar à forma do trabalho assalariado.

Não obstante, o trabalhador assalariado era presente nas formas do escravismo moderno, e segundo Vera Ferlini representava, na produção de açúcar, um gasto superior ao utilizado para alimentação e vestuário dos escravos²³².

Essa combinação de trabalho escravo e assalariado era também muito comum nos Estados Unidos escravista:

“muchas firmas urbanas, tal vez la mayoría, empleaban una combinación de los dos tipos de mano de obra. Por ejemplo, en la Tredegar Iron Works, la mayor fábrica de hierro del Sur y la cuarta del país, a veces los esclavos representaban la mitad de la mano de obra. [...] en el contexto urbano los esclavos y los trabajadores libres eran mutuamente intercambiables. Cuando el precio de los esclavos aumentaba en relación con los salarios de los trabajadores libres, las empresas urbanas abandonaban el empleo de mano de obra esclava e incrementaban el empleo de mano de obra libre. Por el contrario, cuando el precio de los esclavos caía, descendía en relación con los salarios de los trabajadores libres, las empresas urbanas volvían a la mano de obra esclava”²³³.

Mostra-se assim um racionalidade econômica altamente desenvolvida no escravismo, que calculava friamente a relação custo benefício para tomar as decisões relativas ao emprego dos recursos humanos.

Essa variação ou alternância relativa ao emprego de escravos nas indústrias só era possível diante do maior peso econômico das empresas agrícolas, que absorviam a mão-de-obra excedente e utilizava predominantemente o trabalho escravo, mesmo quando o preço deste atingia altos níveis²³⁴.

Além do aluguel de escravos e das combinações de trabalho assalariado e trabalho compulsório, Fogel e Engerman nos oferecem outro elemento que complexificam a divisão entre esses regimes de subjugação do trabalho: trata-se dos incentivos materiais que, ao lado da imposição pela força, os senhores ofereciam aos seus escravos para estimular o trabalho. Outrossim, aos escravos eram concedidos prêmios pelos esforços despendidos, que podiam ser roupas, tabaco, whisky, dinheiro, férias, idas à cidade durante o fim de semana, pagamento de hora extra para trabalho

232 Ferlini, op. cit. A referência é o engenho de Sergipe do Conde, na Bahia, em 1623. Trata-se da segunda maior despesa (16,2%), sendo superado apenas pela compra de lenha, o que também comprova, já no início do século XVII, as intensas relações comerciais internamente à colônia.

233 Fogel & Engerman, op. cit. p. 200.

234 Ibidem p. 200.

noturno, terras para cultivo para auto-consumo²³⁵. No Brasil, ao menos a concessão de terras já se provou ter sido prática usual dos senhores aos escravos de maior confiança, instituto que ficou conhecido como “brecha camponesa”, termo cunhado por Sidney Mintz em seus estudos sobre a Jamaica²³⁶.

Segundo Fogel e Engerman,

“En la sociedad esclavista, como en la libre, los incentivos positivos, en forma de recompensas materiales, fueron un instrumento poderoso de control económico y social”²³⁷.

O uso de prêmios e recompensas, algumas vezes até constituindo-se como aportes efetivos de dinheiro, não deve obscurecer que a força física e a violência eram traços fundamentais da escravidão, e que os escravos não trabalhavam somente pelos prêmios, como se fossem assalariados, mas principalmente por que eram obrigados, sob a ameaça de castigos físicos e psicológicos:

“la aplicación de la fuerza permitió obtener el trabajo de los esclavos a ala mitad del precio que habría sido necesario ofrecer a falta de ella”²³⁸.

De toda maneira, já estava presente no escravismo uma espécie de retribuição, como o que se mesclavam incentivos positivos e negativos visando o estímulo ao trabalho. Para a dupla de autores estadunidenses,

“El incentivo pecuniario fue un rasgo tan característico de la esclavitud como la fuerza. Los dos fueron indispensables para la existencia del sistema de plantación”²³⁹.

Regressando ao capitalismo tal qual descrito por Marx, podemos considerar plausível que o pensador estivesse buscando retratar o sistema econômico baseado na grande indústria em uma forma mais acabada e consolidada, e por isso a ênfase dada ao trabalho assalariado e à igualdade formal entre trabalhador e capitalista, ideal irradiado pelas revoluções burguesas (particularmente a revolução francesa de 1789) que constituía-se em princípios derivados das regras inerentes ao sistema de mercado²⁴⁰. O trabalho assalariado, ao prescindir de uma imposição anterior, como no trabalho compulsório, seria uma forma mais coerente e adequada à sociedade industrial.

235 Fogel & Engerman, op. cit. p. 127.

236 Tal prática era conhecida nas colônias britânicas seiscentistas como *brazilian system*, e provavelmente foi levada às Antilhas pelos holandeses após sua expulsão do Nordeste brasileiro. Fonte: Douglas Cole Libby, informação dada em classe. Não foi possível localizar bibliografia com a informação.

237 Ibidem p. 34.

238 Ibidem p. 202.

239 Ibidem p. 204.

240 Cf. Marx, op. cit. pp. 196, 307.

Tal forma de relação social, assim como ocorre com os modos de produção, são construídos histórica e culturalmente, permitindo que se faça uma genealogia de sua constituição. Se no final do século XVIII já era possível contratar grande número de trabalhadores para produção em grande escala, nos séculos anteriores tal façanha só era realizável pela escravização. Os indivíduos não haviam inculcado essa relação de alienação com sua atividade e não eram propensos a “vender o seu tempo” ainda que por um período determinado, para livre usufruto do patrão. A venda de trabalho precisava de meios violentos e compulsórios para se efetivar, ou em outras palavras, era uma época em que as pessoas não se vendiam espontaneamente, para que fossem mercadorias; para tanto era preciso que fossem, primeiramente, subjugadas. Tal raciocínio encontra respaldo no texto marxiano:

“Foi preciso que decorressem séculos para o trabalhador ‘livre’, em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, consentir voluntariamente, isto é, ser socialmente compelido a vender todo o tempo ativo da sua vida, sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas”²⁴¹.

Com o uso de passagens bíblicas com ironia e sarcasmo, fazendo referências à história de Esaú e Jacó, Marx demonstra que um penoso período histórico foi necessário para se chegar ao ponto do trabalhador vender-se como exercício do livre-arbítrio. Vemos então, como o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII assistiu a uma grande mudança nos processos de trabalho: “o látigo do feitor de escravos se transforma no regulamento penal do supervisor”²⁴².

A liberdade e igualdade conquistadas pelo trabalhador assalariado e propaladas pelos ideólogos do capitalismo devem, no entanto, ser relativizadas. Como reflete Marx nos Grundrisse, a miséria é inseparável da forma do trabalho assalariado, pois é a ameaça da vida miserável que compele o trabalhador a vender a sua força de trabalho²⁴³.

Marx nos apresenta o caráter ideológico do termo “trabalho livre”, na medida em que é uma liberdade entre aspas, uma liberdade de vender o seu tempo, sua

241 Marx, op. cit. p. 308.

242 Ibidem p. 485.

243 “El concepto de trabajador libre implica ya que el obrero es un *pauper*; virtualmente *pauper*. Las condiciones económicas hacen de él una mera capacidad de trabajo vivo, dotado, por tanto, de necesidades vitales. Necesidades de todas clases pero, en cuanto capacidad de trabajo, provado de las condiciones objetivas para satisfacerlas” (Marx, Karl & Engels, Friderich. *Grundrisse 1857-1858*. 1985, p. 27.)

atividade; liberdade que, ao invés de emancipação, significa a alienação do indivíduo (tanto no sentido de auto-venda, quanto no sentido mais sócio-psicológico da relação de estranhamento do indivíduo consigo mesmo).

Essa relativização sobre a liberdade de que dispõe o trabalhador, se já se nos apresenta como o contrário de uma liberdade substantiva na reflexão abstrata sobre a lógica do capitalismo, acentua-se ainda mais quando consideramos o real funcionamento do capitalismo à época em que Marx o analisa, na primeira metade do século XIX. Os relatórios dos inspetores de fábrica, material central para o embasamento histórico e científico das assertivas do *Capital*, demonstram as precárias condições de vida e trabalho das classes laboriosas inglesas, e é na descrição de tais condições onde há mais referências, nesta obra, ao escravismo americano.

Assim, mais além da identificação do escravismo americano com a manufatura e, portanto, com a forma econômica da fase inicial do capitalismo, há um outro movimento de ideias que transpassa *O Capital*, com interessantes implicações. O escravismo americano é utilizado como analogia para a caracterização do capitalismo da fase posterior, ou seja, do sistema de mercado consolidado. A referência à escravidão negra serve para ressaltar, especialmente, o uso extensivo de mão-de-obra, necessário para a produção em grande escala, e a violência contra os trabalhadores que marcava o capitalismo inglês na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Na passagem a seguir, a comparação que faz Marx só faz sentido na medida em que o capitalismo inglês se utilizava de mecanismos desenvolvidos pelo escravismo americano para a exploração do fator trabalho, qual seja, o da migração internacional e o do uso do trabalhador até a sua exaustão, causando-lhe a morte precoce:

“Mudemos os nomes. Em lugar de tráfico negreiro leia mercado de trabalho, [...] em lugar de África, Alemanha. Vimos como o trabalho em excesso dizima em Londres os empregados das padarias; entretanto, o mercado de trabalho de Londres está sempre superlotado de alemães e de outros candidatos à morte, para trabalharem em panificação”²⁴⁴.

Sobre o largo emprego de mão-de-obra infantil nas tecelagens inglesas e nas formas de sua arregimentação, Marx compara:

244 Marx, *O Capital*. 1980, p. 303.

“a procura de trabalho infantil lembra, às vezes, a procura de escravos através de anúncios que costumávamos ler nos jornais americanos”²⁴⁵.

O uso da escravidão como referência para mostrar a exploração da mão-de-obra europeia no século XIX, início da industrialização inglesa, não é exclusivo de Marx, mas se faz presente também em jornais e políticos citados pelo autor²⁴⁶.

Os jornais londrinos utilizavam da comparação com os Estados Unidos para lamentar a realidade dos trabalhadores ingleses na indústria da tecelagem:

“Protestamos contra os senhores de escravos da Virgínia e da Carolina. Mas, o mercado negreiro, com os horrores do látigo e do tráfico de carne humana é por acaso mais ignóbil do que esta lenta imolação dos seres humanos, praticada a fim de se produzirem véus e golas para maior lucro dos capitalistas?”²⁴⁷.

A distinção radical entre escravismo e capitalismo, que aparenta como ponto pacífico nas análises sociológicas e econômicas contemporâneas, parece ser questionada nas críticas jornalísticas inglesas no século XIX. O Times e o Standard também são citados por Marx ao fazerem semelhante equiparação, porém agora não para acusar o capitalismo, mas pelo contrário para atacar os críticos do escravismo nos Estados Unidos²⁴⁸.

Devemos, entretanto, ressaltar que a comparação entre Inglaterra e América já pressupõe, de antemão, uma equivalência entre coisas distintas. Assim, quando jornais como o Morning Star, fala em “escravos brancos”²⁴⁹, a força da expressão está exatamente na antítese que encerra, ou seja, pela indignação em serem os brancos escravizados, e não os negros. A alusão aí só faz sentido por haver uma oposição prévia entre os termos. Povoava, à época, no imaginário inglês, a cantiga “Britons never, never shall be slaves”, ironizada por Marx mas que, ao mesmo tempo, é um exemplar do pensamento racista que acompanhava a expansão do império anglo-saxão. A ironia está em que, após promover a escravidão nas Américas, tanto por meio do tráfico como pelas colônias, os ingleses agora assistiam à emergência de um sistema econômico em seu país que relegava a eles próprios a uma

245 Marx, op. cit. pp. 451-2

246 Além das citações no corpo deste texto, cf. ibidem pp. 303, 345.

247 Ibidem p. 276.

248 Ibidem p. 289n.

249 Ibidem p. 289.

“escravatura em sua forma espontânea, brutal, capitalista (em que o trabalhador existe para o processo de produção não o processo de produção para o trabalhador)”²⁵⁰.

A força econômica despertada pelo escravismo parece ter sido tão descomunal que ter-se-ia cumprido aquela máxima do feitiço voltar-se contra o feiticeiro.

CAPÍTULO 5 - À GUIZA DE CONCLUSÃO

Os estudos comparativos sobre a história da colonização do continente americano, salvo raras exceções, quase sempre operam a partir de dualismos. No mais das vezes, coloca-se em campos contrários e opostos o novo e o velho mundo ou os Estados Unidos e a América Latina. No caso específico brasileiro, também foi usual a contraposição entre a colonização portuguesa e a hispânica, e nos Estados Unidos, entre o Sul e o Norte, antes da Guerra Civil.

Com certa liberdade conceitual, podemos dizer que as comparações buscavam uma espécie de “elucidação recíproca” no sentido que nos dá Roberto Cardoso de Oliveira, na medida em que a comparação distinguia as sociedades uma das outras e dessa forma nas características de uma, por oposição, aportava sobre as outras uma maior compreensão.

Apesar ter apresentado relevantes contribuições, esse estilo de abordagem apresenta algumas desvantagens, das quais enumeraremos duas. Em primeiro lugar, ao focar nas diferenças e nas especificidades, afasta uma concepção mais abrangente e genérica sobre as sociedades americanas, ao que conduziria se, ao contrário, as semelhanças fossem melhor analisadas e comparadas. Outrossim, tal característica só reforça o viés dessa literatura, muito voltado ao forjamento de identidades nacionais e apegada aos limites territoriais que, vale dizer, não correspondia às divisões da época colonial.

A segunda desvantagem estaria no uso recorrente de binarismos, tal qual colônia *versus* metrópole, colônias de exploração x povoamento, escravismo x capitalismo, trabalho escravo x livre e, como tratado nesta dissertação, arcaísmo x modernidade. Além de tais categorias promoverem uma visão simplória e

250 Marx, op. cit. p. 561.

homogeneizante de sociedades e economias inerentemente muito complexas, infere-se destes dualismos, quase sempre, um sentido negativo em um dos termos, que se presta como categoria de acusação. Podemos verificar como, por exemplo, Fragoso e Florentino diferenciam a colonização portuguesa da inglesa e de certo modo culpabilizam a colonização portuguesa pelo arcaísmo das elites e da sociedade brasileiras. A referência a partir da qual se afirma que algo é atrasado ou extemporâneo é, no mais das vezes, claramente eurocêntrica e supõe uma hierarquização das sociedades segundo o patamar cultural e econômico.

Como nos afirma Aníbal Quijano²⁵¹, as sociedades coloniais apresentavam diferentes formas de controle do trabalho, que seguiam um critério racial. O trabalho livre era destinado aos brancos, e o trabalho compulsório aos povos considerados primitivos, ou seja, os povos colonizados. A inferioridade atribuída à relação escravagista sempre esteve relacionada à desumanização dos povos subjugados²⁵². Tal como apontado por Fogel e Engermam, discursos de condenação do escravismo muitas vezes escondem ideários e motivações racistas, e vêem esse fenômeno como uma mácula da história, assim como vêem na maioria negra-indígena das sociedades um problema. A fala sobre o atraso americano – ou o atraso de países americanos específicos –, em que pese a aparência científica, é sucedânea dos discursos sobre a inferioridade negros e indígenas, cujos descendentes compõem a maioria da população do continente.

Os dualismos e dicotomias construídos são postos em suspensão ao se perceber que as sociedades assim classificadas estariam unidas pelas relações econômicas, ou seja, que o mundo colonizado sempre esteve indissociável do mundo metropolitano.

Franz Fanon nos apresenta com muita propriedade o absurdo do discurso que tenta desvincular as realidades dos países metropolitanos e colonizados, como se fossem totalidades independentes:

“Mundo subdesenvolvido, mundo de miséria e desumano [...]. Diante deste mundo, as nações européias espojam-se na opulência mais ostensiva. Essa opulência européia é literalmente escandalosa porque foi edificada sobre o dorso de escravos, nutriu-se do sangue de escravos, procede em linha reta do solo e do subsolo deste

251 Quijano, op. cit.

252 Aliás, desde a filosofia clássica grega já encontramos essa sugestão de serem os escravos os responsáveis pela sua desventura, seja pela falta de coragem de se rebelar, seja pela ignorância, não reconhecendo nenhuma autoridade que não a força bruta.

mundo subdesenvolvido. O bem estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos. Convém que não nos esqueçamos disto.

“[...] A riqueza dos países imperialistas é também nossa riqueza. No plano do universal, esta afirmação, é de presumir, não pretende absolutamente significar que nos sentimos tocados pelas criações da técnica ou das artes ocidentais. Bastante concretamente a Europa inchou de maneira desmedida com o ouro e as matérias primas dos países coloniais: América Latina, China, África. De todos esses continentes, perante os quais a Europa hoje ergue sua torre opulenta, partem, há séculos em direção a esta mesma Europa os diamantes e o petróleo, a seda e o algodão, as madeiras e os produtos exóticos. A Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos”²⁵³.

Existe assim uma relação de complementaridade entre o Novo e o Velho Mundo. As Américas foram, desde o início, parte fundante e constitutiva do mercado mundial de mercadorias e, mais que colaborarem para a acumulação primitiva da burguesia européia, foram a primeira “id-entidade” da modernidade²⁵⁴.

A colonização das Américas não só criou a Europa como potência econômica, como também foi a responsável pelo forjamento da identidade/subjetividade ocidental que, conforme explorado por Enrique Dussel, é “dominadora, *victimaria*, violenta”²⁵⁵.

Nas Américas surgiu o sistema-mundo moderno, caracterizado grosso modo, pela mentalidade ocidental, colonizadora, no plano subjetivo, e pelo capitalismo no âmbito objetivo. Os dados que apresentamos a partir da leitura de *Arcaísmo como Projeto e Tiempo en la Cruz* nos levam a pensar o capitalismo dos séculos XVI e XVII não como um sistema mercantil, ou seja, baseado no comércio, como dizem Fragoso e Florentino, apesar de ser o comércio o local de realização dos lucros. Tratar-se-ia, antes, em um sistema baseado na escravidão negra, um capitalismo exarcebado, cuja exploração do trabalhador apresentava características mais acentuadas e explícitas.

Jean- Paul Sartre, no prefácio que introduz *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, reconhece essa posição epistemológica privilegiada do mundo colonizado para dizer sobre esse sistema-mundo em que até hoje nos inserimos: “às colônias a verdade

253 Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 1968, pp. 76-7, 81.

254 Quijano, op. cit. p. 227.

255 Dussel, Enrique. *1492: El encubrimiento del Otro*. 1992, p. 22.

se mostrava nua; as ‘metrópoles’ queriam-na vestida”²⁵⁶.

A vivência histórica das Américas autoriza o continente como lugar de fala para se dizer sobre o capitalismo mundial, pois assistiu à face mais desumana, violenta, cruel deste sistema. A brutalidade com que se deu a conquista e colonização das Américas não nos diz apenas sobre um período histórico ou sobre estilos de colonização, mas alardeia de modo acentuado a sistemática de exploração e de acumulação que passaria a caracterizar o mundo a partir de então. A violência foi usada nas Américas como força simbólica para o erguimento do poder colonial e do sistema de mercadorias mundial, como demonstra, no Brasil colonial, a presença, em toda cidade, de um pelourinho, na praça principal, pedra ornamentada com o brasão português que, como instrumento de tortura, assistia às punições dos escravos em público²⁵⁷ e representava a subjugação do fator trabalho. Essa violência, brutalmente incrustada em nossos corpos e nossas mentes, ainda nos aflige, aturde e assombra.

A negação do caráter capitalista presente nesta violência, ainda que baseada em alguns elementos concretos, pode trazer elementos ideológicos que buscam restringir a aplicação do termo aos países centrais, que foram historicamente os colonizadores e imperialistas. Tal qual tais países, o termo “capitalismo” seria, desse modo, alçado a uma posição de referência universal, de certa maneira inalcançável aos demais países, alimentando a ideologia do “desenvolvimentismo”²⁵⁸. A possibilidade de que exista uma resistência intelectual, oriunda de nosso pensamento colonizado, não justificaria uma investigação mais profunda sobre se não seria o escravismo a forma primeva do sistema capitalista?

Carlos Walter Porto-Gonçalves corrobora com que haveria esse tipo de limitação presente nos pensadores americanos ao refletirem sobre a história do continente:

“o eurocentrismo tem-nos impedido de ver que, aqui, na América, [...] é que se desenvolveram as primeiras manufaturas modernas com seus engenhos de produzir açúcar. Esses engenhos modernos eram movidos a chibata”²⁵⁹.

256 Sartre, Jean-Paul. “Prefácio”. In: Fanon, op. cit. p. 3.

257 É interessante notar que a cruz, símbolo do cristianismo e, dessa maneira, da presença europeia nas Américas, é também um instrumento de tortura e morte

258 Para uma crítica da ideologia desenvolvimentista, ver Esteva, Gustavo, “Desenvolvimento”. In: Sachs, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. 2000.

259 Porto-Gonçalves, Carlos Walter. “Apresentação da edição em português”. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 2005, p. 11.

Com base em Marx, acredito que podemos ir ainda mais além nas indagações: mais que manufaturas, não seriam os engenhos máquinas modernas, caracterizando a forma inaugural do sistema industrial?

Segundo a definição marxiana, “o sistema fabril [...] em regra se estabelece quando a força motriz mecânica, o vapor ou a água, substitui a força muscular humana na movimentação da máquina”²⁶⁰. Logo, os engenhos reais, como chamadas no Brasil as engrenagens movidas pela queda d’água, poderiam ser abarcadas dentro desta definição; máquinas presentes desde o século XVII em solo americano, como demonstra a gravura de Frans Post, de 1646, que ilustra a capa desta dissertação.

Em outra passagem de Marx, mais poética, a máquina é descrita como um

“monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgãos de trabalho”²⁶¹.

Pela força da imagem e pelas figuras de linguagem utilizadas, parece que o pensador alemão leu a descrição do engenho feita pelo Padre Antônio Vieira:

“E verdadeiramente quem via na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes [...] o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda de cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo, sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança do inferno”²⁶².

O engenho não era uma ferramenta sob controle do trabalhador. Antes, era o escravo que se submetia àquelas enormes engrenagens que não paravam de rodar e ditavam o ritmo de trabalho. A oposição entre o homem e a máquina – ou, se se preferir, trabalho vivo e morto – forma explícita da alienação humana na forma do capitalismo, já não estaria presente na relação do escravo e o engenho, quando as moendas, movidas pela queda d’água, não podiam parar, e sempre havia um machado próximo para o caso de um dos escravos ter seu braço esmagado pelas engrenagens²⁶³?

Entre os séculos XVI e XIX, nas Américas, a ausência das condições materiais e culturais necessárias para a existência do trabalhador livre que vende a sua força de

260 Marx, op. cit. p. 527.

261 Ibidem p. 435.

262 Vieira, Padre Antônio apud Ferlini, op. cit p. 45.

263 Relato dado por Douglas Cole Libby, em classe. Não foi possível localizar referência bibliográfica.

trabalho era suplantada pela força material que escravizava negros e indígenas e os punha à venda. O sentimento de estranhamento e alienação do indivíduo frente a si mesmo, à sua atividade vital, ao seu trabalho e ao produto de seu trabalho, característico da sociedade capitalista, estava presente na sociedade escravista das Américas; não só como sofrimento psíquico, mas como drama social. Enquanto o trabalhador livre é expropriado dos meios de produção e de subsistência e levado dessa maneira a vender a sua força de trabalho, o escravo é expropriado de si mesmo e obrigado a trabalhar. Em que pese ser aquela uma forma mais requintada e sutil frente à brutalidade inerente à escravização, não tratar-se-ia de regimes assemelhados?

Para negar tal assertiva, muitos recorrem à construção abstrata que Marx faz do capitalismo. Tal constructo, no entanto, difere-se das formas concretas em que se dão as relações sociais sob tal sistema econômico. Se não, vejamos. Para a formulação de um modelo, Marx, como bom economista, assume alguns pressupostos:

“Nossa análise partiu do pressuposto de ser a força de trabalho comprada e vendida por seu valor. O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la”²⁶⁴.

Tal pressuposto, porém, não se concretizava na Inglaterra oitocentista, onde a migração rural abastecia as fábricas de homens, mulheres e crianças miseráveis, dispostas a trabalhar por salários irrisórios. Talvez possamos dizer que a acumulação primitiva do capital, além de ser constituída pela expropriação da terra desses camponeses, por meio dos cercamentos, também estava presente na expropriação do trabalho dos operários, por um salário abaixo de seu custo social (comprovado, entre outros elementos, pela morte prematura).

Se isso era verdade para os camponeses compelidos ao chão de fábrica, mais ainda o era para os escravos africanos levados para trabalhar nas Américas. A operação econômica por trás do tráfico atlântico, mais que a transação comercial, era a escravização, que convertia indivíduos livres em escravos. O sentido da escravização e do tráfico era a possibilidade de “aquisição” e utilização do trabalhador por um custo menor que seu custo social, de maneira que há uma acumulação primitiva não pela expropriação de terras, mas uma muito mais perversa que se apropriava de corpos negros. O trabalho envolvido na captura e escravização era, necessariamente, menor que

264 Marx, op. cit p. 260.

o trabalho para a criação e reprodução daquele indivíduo. O uso de tais mecanismos de brutalidade e força foram, para Marx, os que operaram a constituição do mercado mundial:

“Foi o baixo preço do sangue e do suor humanos transformados em mercadorias que atuou continuamente no sentido de ampliar o mercado e continua a ampliá-lo todos os dias. Isto é verdadeiro principalmente para os mercados coloniais da Inglaterra”²⁶⁵.

O mercado mundial, dessa maneira, foi formado a partir da expropriação forçada dos trabalhadores, possibilitada pelo largo emprego da violência, implícita na escravização. Como apontam Fragoso e Florentino,

“a compra do cativo pelo dinheiro não expressava seu real custo social. A guerra, sinônimo da violência fundadora do escravo, estava, portanto, tanto na base da reprodução escravista na América quanto no cerne da diferenciação social e da expansão do fenômeno estatal na África”²⁶⁶.

Esta acumulação primitiva de capital, apresentada na formação de um exército de trabalhadores escravos, é salientada pelos autores brasileiros:

“há que distinguir a produção enquanto sinônimo da violência fundadora da condição de cativo daquilo que poderíamos chamar de *produção social* do escravo”²⁶⁷.

Além da acumulação primitiva²⁶⁸, também se fazia presente a acumulação de mais valia absoluta. Como assinalado ao longo desta dissertação, o escravo trabalhava durante todo seu ciclo vital, a partir de tenra idade. Era obrigado a trabalhar o máximo de que é capaz o corpo humano, e particularmente alguns os engenhos de açúcar, durante a safra, operavam ininterruptamente nas 24 horas do dia, utilizando-se um sistema de turnos.

Segundo Okon Edet Uya, “la esclavitud para el hombre negro, significó trabajo pesado ‘desde la primera luz del día hasta la primera estrella’ [...] no se les dava ‘un momento de ocio mientras hubiera luz para ver’”²⁶⁹.

Não resta dúvidas que o prolongamento desmedido da jornada de trabalho fazia com que a produção dos escravos superasse o trabalho necessário para a manutenção

265 Marx, op. cit. p. 540.

266 Fragoso & Florentino, op. cit. p. 148.

267 Ibidem p. 146.

268 Não abordaremos outro tipo de acumulação primitiva que ocorria, com a tomada de terras dos ameríndios. Ressalte-se que, conforme apresentado por Darcy Ribeiro, também os indígenas eram escravizados.

269 Uya, Okon Edet. *Historia de la esclavitud negra em las Américas y el Caribe*. 1989, p. 184.

dos mesmos.

Precisamos, no entanto, também considerar a mais valia relativa produzida no escravismo. Os grandes plantéis de escravos e a produção em grande escala permitia a redução dos custos de produção e uma grande produtividade se comparada às outras formas econômicas existentes nessa mesma época, como a produção familiar do campesinato.

O escravismo se utilizava da cooperação em uma época em que dificilmente se reunia trabalhadores assalariados no volume requerido, fruindo dessa maneira das vantagens econômicas inerentes à “natureza geral da cooperação”²⁷⁰. A diferença de produtividade conseguida, frente aos outros processos produtivos, impulsionava o sistema escravista, conforme nos explica Marx:

“o trabalho de produtividade excepcional opera como trabalho potenciado ou cria, no mesmo espaço de tempo, valor mais elevado que o trabalho social médio da mesma espécie [...] essa mais valia extra se desvanece quando se generaliza o novo modo de produção, desaparecendo assim a diferença entre o valor individual das mercadorias que eram produzidas mais baratas e seu valor social”²⁷¹.

Esse trabalho economizado²⁷² que é o que produz a mais valia relativa é comprovado na afirmação de Fogel e Engerman sobre os baixos preços do algodão fornecidos pela mão-de-obra-escrava, propiciados tanto pela sobre-exploração da força de trabalho quanto pela grande produtividade:

“los principales beneficiarios del sistema de cuadrillas no fueron los propietarios de esclavos, sino los consumidores de algodón. Dado que las plantaciones de algodón tenían las características de una industria competitiva, todas las ganancias de productividad que no se fueron en salarios más altos, normalmente pasaron a los consumidores en forma de precios más bajos del algodón”²⁷³.

Dessa maneira, a expansão da indústria têxtil inglesa não deve ser tributada somente ao advento das máquinas a vapor, como também pelo baixo preço da matéria prima. Isso talvez explique em parte a crise econômica que se abateu sobre a Inglaterra com o estouro da Guerra Civil nos Estados Unidos²⁷⁴.

270 Marx, op. cit. p. 389.

271 Ibidem p. 366.

272 Ibidem p. 445.

273 Fogel & Engerman, op. cit. p. 208.

274 Cf. Marx, op. cit p. 450.

As relações econômicas entre a Inglaterra e o Sul de sua ex-colônia é comentada por Marx, nos seguintes termos: “a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa exigia, como base, a escravidão *sans phrase* [desmascarada] no Novo Mundo”²⁷⁵.

Podemos interpretar essa passagem a partir de duas linhas de raciocínio: pela importância do escravismo para o soerguimento da indústria moderna, ao fornecer matéria-primas a baixo custo; e que a existência da escravidão nas Américas interferia nas relações entre o capital e o trabalho na Europa. Debrucemo-nos um pouco mais sobre essa segunda questão.

Nos países americanos, os trabalhadores livres, negros ou não, eram prejudicados pela existência da escravidão, tanto pela tendência de sub-remuneração do trabalho como pelo poder que gozavam os proprietários em definir os termos da relação capital-trabalho. Referindo-se às reivindicações dos trabalhadores livres estadunidenses, Marx afirma que “O trabalhador branco não pode emancipar-se onde se ferreteia o trabalhador negro”²⁷⁶.

O condicionamento que o escravismo impunha aos trabalhadores livres é demonstrado pelo fato de que, só com o fim da guerra e da escravidão nos Estados Unidos, criaram-se as condições de possibilidade para a existência de reivindicações trabalhistas neste país:

“o primeiro fruto da guerra civil foi a campanha pelas 8 horas”²⁷⁷.

Em uma economia de abrangência transnacional, não podemos, porém, limitar as implicações do escravismo somente às Américas. Os trabalhadores ingleses também viam-se afetado pelas relações escravistas e sabiam que os negros não só lhe proporcionavam algodão a preços baixos, como também abaixavam-lhes os salários. A pressão abolicionista exercida pela Inglaterra, a escala mundial, não foi motivada por um cálculo econômico que planejava aumentar os mercados consumidores para os produtos ingleses. Procuramos, nesta dissertação, refutar a concepção de incompatibilidade entre escravismo e sistema de mercado, demonstrando a complexidade e as intensas trocas comerciais que ocorriam na economia colonial, e como o escravo era também um consumidor. A elite inglesa da época era indiferente e

275 Marx & Engels, op. cit. p. 73.

276 Marx, op. cit p. 343.

277 Ibidem p. 343.

mesmo simpática à escravidão nas Américas. Foram os trabalhadores ingleses que, por ampla pressão popular, lograram mudar radicalmente a posição política do seu reino sobre essa questão. A Inglaterra, antes um dos principais países que operavam o tráfico atlântico de escravos, passou a atuar pelo fim do tráfico e pela abolição²⁷⁸.

A luta mundial pela abolição da escravidão foi uma luta popular dos trabalhadores, e especialmente dos escravos americanos, que simbolizavam a subjugação máxima do fator trabalho pelo capital.

A Guerra Civil Americana, nesse contexto, foi muito além de evento que marcou profundamente a história estadunidense e que, juntamente à Revolução haitiana, significou o início do ocaso do escravismo americano; devido à globalidade que caracterizava o colonialismo americano e a escravidão negra, trata-se de uma luta e uma vitória sob o signo do trabalho, assumindo dimensão mundial. Devido a esta dimensão, Marx afirmou que a Guerra Civil Americana era “o único acontecimento grandioso da história contemporânea”²⁷⁹.

Considerando que o colonialismo operava dentro de uma economia globalizada, as formas econômicas que se interagem na colonização talvez possam ser melhor compreendidas inseridas dentro de uma mesma unidade complexa. O sentido da colonização, pelo qual nos indagamos ao longo deste trabalho, não pode ser encontrado em nenhum outro lugar senão na lógica do sistema-mundo que constituiu as Américas, a Europa e o mundo tal qual o conhecemos hoje. Tal conclusão não é estranha ao pensamento de Marx, para quem “as tendências gerais e necessárias do capital devem ser distinguidas de suas formas de manifestação”²⁸⁰.

Em outra passagem do *Capital* é-nos apresentada uma síntese na qual se afirma a natureza capitalística do escravismo, ao mesmo tempo em que é citado que, à época, os senhores de escravos de auto-intitulavam capitalistas:

“A natureza do capital é a mesma, não importa o grau de desenvolvimento das suas formas. No código imposto ao território de Novo México pela influência dos senhores de escravos, pouco antes de rebentar a revolução civil americana, lê-se: o trabalhador, depois que o capitalista comprou sua força de trabalho, ‘é dinheiro do

278 Inicialmente a pressão foi exercida diplomaticamente, como no fim do tráfico pelos Estados Unidos no início do século XIX. Posteriormente, passou-se a uma atuação bélica, em que chegou-se a bombardear os navios negreiros, como no triste episódio ocorrido na baía da Guanabara na metade do XIX.

279 Marx, op. cit p. 289n.

280 Ibidem p. 364.

capitalista”²⁸¹.

À formulação jurídica apresentada no contexto escravista, expressando uma máxima do capitalismo, acompanha-se a distinção entre a natureza da formação econômica e as diversas formas com que se configura, o que supõe a possibilidade de diferentes regimes e de relações sociais subsumidas a uma mesma lógica.

É possível, no entanto, ir além da mera afirmação que o escravismo e o capitalismo europeu eram formas contemporâneas e, sendo interligadas, compartilhavam de uma unidade de sentido. Afinal, o escravismo nas Américas foi, historicamente, anterior, e dessa maneira poder-se-ia pensar que o capitalismo surgiu a partir da colonização americana e traria consigo essa marca de nascença. Lévi-Strauss apresenta, em sua interpretação sobre a contribuição marxiana, sua visão sobre como o colonialismo conferiu forma ao modo-de-produção capitalista:

“Marx inverteu a perspectiva pela qual se consideram geralmente os processos de industrialização e de desenvolvimento. Para ele, a industrialização não é um fenômeno autônomo e que se procura introduzir, de fora, em civilizações que permaneceram na passividade. Ao contrário, a industrialização é uma função, e um resultado indireto, da condição das sociedades ditas primitivas ou, mais exatamente, da relação histórica entre elas e o Ocidente. [...] O regime capitalista consiste em tratar os povos do Ocidente como o Ocidente o fizera precedentemente com as populações indígenas. Para Marx, a relação entre o capitalismo e o proletário é, portanto, apenas um caso particular da relação entre colonizador e colonizado”²⁸².

A desvinculação, operada por grande parte do pensamento social dos países americanos, entre a história do continente e o sistema capitalista, sob tal concepção levi-straussiana, exerceria uma dupla função ideológica: colocaria o capitalismo como objetivo último ao que deve ser conduzido a sociedade e economia nacionais; e ocultaria a verdadeira face desse sistema cruel assentado, desde o início, no sangue e suor de negros e ameríndios.

Os horrores da colonização americana podem ser equiparados aos campos de extermínio do nazismo, séculos mais tarde, em que pese a vinculação existente entre ambos os regimes e o sistema industrial. Stanley Elkins já havia percebido tais

281 Marx, op. cit p. 327.

282 Lévi-Strauss Claude. “As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico” In: *Antropologia Estrutural II*. 1987, pp. 318-9.

semelhanças ao propor a analogia da fazenda de escravos com os campo de concentração nazistas²⁸³, e Franz Fanon também notou que a aversão despertada pelo nazismo era os povos europeus tratarem outros europeus como tratavam os povos colonizados:

“We must refuse outright the situation to which the West wants to condemn us. Colonialism and imperialism have not settled their debt to us once they have withdrawn their flag and their police force from our territories. For centuries the capitalists have behaved like real war criminals in the underdeveloped world. Deportation, massacres, forced labor, and slavery were the primary methods used by capitalism to increase its gold and diamond reserves, and establish its wealth and power. Not so long ago, Nazism transformed the whole of Europe into a genuine colony”²⁸⁴.

Sob tal perspectiva, é subvertida a imagem de que a Europa é o espelho do futuro dos demais países²⁸⁵. Ao contrário, seriam as Américas, na condição de berço do capitalismo, com suas marcantes desigualdades sociais e suas sociedades pluriculturais o retrato do futuro deste sistema econômico, fato conceituado recentemente por Giuseppe Cocco como o Devir-Brasil do mundo²⁸⁶.

A partir do continente que forjou e que há cinco séculos sofre com o capitalismo, deveríamos projetar outros horizontes.

283 Elkins, Stanley apud Fogel & Engerman, op. cit. p. 196.

284 Fanon, Franz. *The Wretched Of The Earth*. 1965, p. 57.

285 “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, Karl. 1980: 5 – Prefácio da 1ª edição)

286 Cocco, Giuseppe. *Mundobraz: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Marília. (2001) *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. Musa editora.
- BAGÚ, Sérgio. (1952). *Estructura social de la Colonia: Ensayo de Historia comparada de América Latina*. Buenos Aires: Ateneo Editorial.
- BENJAMIN, Walter. (1994) *Obras escolhidas - Vol. I. Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. (1995) *O trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Editora Ática.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1995) “O Lugar (e em Lugar) do Método”. In: *Série Antropologia 190*. Brasília: UnB, Dan.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. (2001) “Teoría tradicional y teoría crítica de la cultura”. In: *Revista Impulso n° 29 v. 13*. Piracicaba: Editora Unimep.
- COCCO, Giuseppe. (2009) *Mundobraz: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Record.
- DILTHEY, W. (1978) *Introducción a las Ciencias Del Espiritu*. México: Fondo de Cultura Económica.
- DONGUI, Halperin. (1975) *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DUSSEL, Enrique. (1992) *1492: El encubrimiento del Otro*. La Paz: Plural Editores.
- ESTEVA, Gustavo. “Desenvolvimento”. In: SACHS, Wolfgang (ed.). (2000) *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Editora Vozes.

FANON, Franz. (1965) *The Wretched Of The Earth*. Pub Group West.

_____ (1968) *Os Condenados da Terra*. Trad. José L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (1988) *A civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 5ªed.

FOGEL, Robert W. (1990) *The Slavery Debates: A retrospective: 1952-1990*. State University.

_____ & ENGERMAN, Stanley L. (1977) “Explaining the Relative Efficiency of Slave Agriculture in the Antebellum South”. In: *The American Economic Review*, Vol. 67, No. 3 (Jun., 1977), pp. 275-296. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1831400> Acesso em : 17/03/2009.

_____ (1980) “Explaining the Relative Efficiency of Slave Agriculture in the Antebellum South: Reply”. In: *The American Economic Review*, Vol. 70, No. 4 (Sep., 1980), pp. 672-690. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1803564> Acesso em : 17/03/2009.

_____ (1981) *Tiempo en la Cruz: La economia esclavista en los Estados Unidos*. Trad. Arturo Roberto Firpo. Madrid: Siglo Veintiuno Editores. 267 pp. Título original: *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. 1974.

FONT, Maurício. (1990) “Agricultura exportadora e industrialização”. In: *Publicações Anpocs*, julho de 1990.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. (2001) *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 251pp.

FRANK, André Gunder. (1980) *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.

GADAMER, Hans-Georg. (2002) *Verdade e Método II*. Petrópolis: Editora Vozes.

GAMA, Ruy. (1983) *Engenho e Tecnologia*. Editora Duas Cidades

GORENDER, Jacob. (1978) *O escravismo colonial*. São Paulo:Ática.

GROSSBERG, Lawrence. (1996) “History, politics and postmodernism: Stuart Hall and cultural studies”. In: MORLEY, David & KUAN-HSING Chen (orgs). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres: Routledge, pp. 151-173.

HALL, Stuart. (2003) *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1997) *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.

KONETZKE, Richard. (2000) *La Época Colonial. Colección História Universal*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores. pp. 34-152.

LANDER, Edgardo (org).(2005) *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1987) “As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico” In: *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (1997) “As ‘categorias do entendimento’ na Antropologia”. In: *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LIBBY, Douglas Cole. (1988) *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 404 pp.

MAHONEY, James & RUESCHEMEYER, Dietrich. (2003) “Comparative Historical Analysis: Achievements and agendas”. In: *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge University Press.

MARIÁTEGUI, José Carlos. (1975) *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-omega.

MARX, Karl. (1980) *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1985) *Grundrisse 1857-1858*. Fondo de Cultura.

_____. & ENGELS, Friedrich. (1982) *Contribuição para uma História da América Latina*. Organização, introdução e notas: Pedro Scoron. Trad. Cláudio Alberto Martins. São Paulo: Edições Populares.

_____ (2007) *A Ideologia Alemã*. WMF Martins Fontes

MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. In: MINTZ, Sidney. (2003) *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: EDUFPE, p. 117-145.

MORSE, Richard. (2000) *O Espelho de Próspero*. Companhia das Letras.

NASCIMENTO, Abdias do. (2002) *O Quilombismo*, 2ª ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

PAIVA, Eduardo França. (2009) *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. 3. ed. São Paulo: Annablume. 283 p.

PRADO Jr., Caio. (1957) *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense.

RIBEIRO, Darcy (1995) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

RICOEUR, Paul. (1996) “Explicação e Compreensão”. In: *Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.

SCHWARZ, Roberto. (2000) “As Idéias Fora de Lugar”. In: *Ao Vencedor as*

Batatas. Disponível em: www.culturabrasil.org/schwarz.htm. Acesso em 21/01/09

SIQUEIRA, Carlos Henrique R. de. (2007) *A alegoria patriarcal: Escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e Brasil*. Tese defendida no Ceppac/UnB em junho de 2007.

SLENES, Robert W. (2000) *Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

SOUZA, João Paulo A. de. (2008) “Entre o Sentido da Colonização e o Arcaísmo como Projeto: A Superação de um Dilema através do Conceito de Capital Escravista-Mercantil”. In: *Estudos Econômicos*. Vol. 38, n. 1 Jan/Mar. 2008. pp. 173-203. São Paulo. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612008000100008&script=sci_arttext. Acesso em 10/04/2009

SOUZA, Marina de Mello. (2002) *Reis Negros no Brasil Escravista*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SUESS, Paulo. (1992) *A conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992.

TILLY, Charles. (1989) *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York: Russel Sage Foundation.

UYA, Okon Edet. (1989) *Historia de la esclavitud negra em las Américas y el Caribe*. Buenos Aires: Editorial Claridad.

VAISMAN, Ester. “A ideologia e sua determinação ontológica”. In: *Ensaio 17/18*. São Paulo: Editora Ensaio.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1980) *The Modern World-System, vol. II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova York: Academic Press.

_____. (2005) *Las Incertidumbres del Saber*. Barcelona: Gedisa Editorial.

WALSH, Catherine. “(De)Construir la interculturalidad: Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador”. In: FULLER, Norma. (2002) *Interculturalidad y Política. Desafíos y posibilidades*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, pp. 115-142.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. (2007) *A View Of The Art Of Colonization, With Present*. Londres: Lightning Source. 513pp.

WILLIAMS, Eric. (1944) *Capitalism and Slavery*. The University of North Carolina Press. 308pp.

ZEA, Leopoldo. (2005) *Discurso desde a marginalização e a barbárie*. Garamond.

ZIZEK, Slavoj. (1996) *Um Mapa da Ideologia*. Contraponto Editora.